



TERMO DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO - CAPACITASUAS

1. APRESENTAÇÃO

Este termo de referência –TR estabelece os requisitos mínimos necessários para a execução do Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina – CAPACITASUAS em 2023. A Resolução nº 04, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), instituiu a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS, como parte integrante da Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS.

Nesse sentido, a PNEP/SUAS, previu os percursos formativos, as ações de formação e capacitação, a certificação, as responsabilidades dos entes federados, bem como, o monitoramento e avaliação de referida Política.

Diante disso, o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social - Programa Capacita SUAS, instituído mediante a Resolução CNAS nº 08, de 16 de março de 2012, tem como objetivo apoiar estados e o Distrito Federal na execução dos Planos Estaduais de Educação Permanente do SUAS, na perspectiva de atender as capacitações das agendas prioritárias de âmbito nacional.

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família SAS-SC realizou o Aceite ao Programa Capacita SUAS/2012, mediante Termo de Aceite de 30/05/2012, encaminhado para apreciação e aprovação do CEAS/SC por meio da Resolução nº 16, de 12 de Junho de 2012 e publicado no DOE/SC nº19.382 em 26 de Julho de 2012.

Em 2013, a SAS-SC realizou o Aceite ao Programa Capacita SUAS/2013, mediante Termo de Aceite de 04/12/2013, encaminhado para apreciação e aprovação do CEAS/SC por meio da Resolução nº 30, de 09 de dezembro de 2013 e publicado no DOE/SC nº 19.725, de 17 de dezembro de 2013.

Em 2014, a SAS-SC realizou o Aceite ao Programa Capacita SUAS/2014, mediante Termo de Aceite de 27/11/2014, encaminhado para apreciação e aprovação do CEAS/SC, por meio da Resolução nº 49, de 28 de novembro de 2014 e publicado no DOE/SC nº 19.965, de 15 de dezembro de 2014.

Sendo assim, todos os Termos de Aceite foram aprovados e formalizados por meio de aplicativo da Rede SUAS, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, atualmente Ministério da Cidadania.

Para a execução do referido Programa, o presente documento e seu anexo I - Projetos Pedagógicos, são elementos de composição do processo licitatório que será deflagrado para contratação da(s) Instituição (ões) de Ensino que executará (ão) o CapacitaSuas 100% na modalidade Educação à Distância, cujos cursos serão realizados de forma descentralizada por meio da modalidade **EAD (Moodle Versão 3.5)**, seguindo o cronograma a ser fornecido pela coordenação da SAS-SC, conforme orientação no OFÍCIO Nº 37/2022/SEDS/SNAS/DGSUAS/CGGTEP/MC, Brasília, 26 de janeiro de 2022.

Serão ofertados os seguintes cursos: Curso de Atualização sobre Especificidade e Interface da Proteção Social Básica do SUAS; Curso de Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial; Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS e Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS.



2. DO OBJETO

Contratação de Instituição de Ensino Superior Pública ou Privada, ou Entidade de Assistência Social com comprovada capacidade técnica e experiência em formação e capacitação de acordo com a Portaria MDS Nº 04 de 05 de Fevereiro de 2018, para:

- a) produzir os cursos, executar via internet disponibilizando para os alunos por determinado período para que possam assistir às aulas expositivas por computador, tablete e smartphone; e
- b) A venda de direitos aos cursos para uso a qualquer tempo conforme o Estado julgar a necessidade do uso do material adquirido na modalidade Educação à Distância ou não, do Programa Nacional de Capacitação do SUAS- Capacita SUAS no Estado de Santa Catarina. Com trabalhos de fixação de conteúdos, palestra, estudos de casos e outros recursos no formato **EAD (Moodle Versão 3.5)** síncrona e assíncrona que deverá ser gravado os eventos e fornecer as gravações a SAS-SC em meio físico devidamente catalogado e organizado para uso posteriormente para treinamento pela SAS-SC.

2.1. Os cursos ofertados no período da Capacitação serão os seguintes:

1. Curso de Atualização sobre Especificidade e Interface da Proteção Social Básica do SUAS:

Público destinatário:

Profissionais de nível superior, preferencialmente efetivos que atuam na execução dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica (CRAS e Gestão).

Meta de Capacitados: 1.486

Carga Horária: 40 horas

Modalidade: Educação à distância (**Moodle Versão 3.5**)

2. Curso de Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial:

Público destinatário:

Profissionais de nível superior, preferencialmente efetivos, que atuam na execução dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (CREAS e Gestão, Centros POP e Serviços de Acolhimento Institucional).

Meta de Capacitados: 1.181

Carga Horária: 40 horas

Modalidade: Educação à distância. (**Moodle Versão 3.5**)

3. Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial:

Público destinatário:

Profissionais de nível superior, preferencialmente efetivos, que atuam na implementação/ execução da vigilância socioassistencial.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Meta de Capacitados: 552

Carga Horária: 40 horas

Modalidade: Educação à Distância. (**Moodle Versão 3.5**)

4. Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS:

Público destinatário:

Conselheiros (as) Municipais e Estaduais da Assistência Social, representantes da sociedade civil e governamental.

Meta de Capacitados: 333

Carga Horária: 40 horas

Modalidade: Educação à Distância (**Moodle Versão 3.5**)

Serão disponibilizadas mais 100 (cem) vagas para:

- Gestão Estadual 34 (trinta e quatro);
- Secretária executiva 1(uma);
- Conselheiros estaduais e sociedade civil 45 (quarenta e cinco);
- Membros titulares e suplentes do **NUEP/SUAS/SC** 20 (vinte).

3 DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Do Objetivo Geral

Produzir os cursos, executar conforme o Termo de referência e vender todos os materiais produzidos ao Estado:

O Curso de Atualização sobre a Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS, destinado aos(as) trabalhadores(as) do SUAS de nível superior, inseridos no âmbito da gestão e do provimento dos serviços da Proteção Social Básica, com o fim de capacitar-lhes por meio do compartilhamento de conhecimentos, metodologias relacionadas ao reordenamento do SCFV e especificidades e interfaces da Proteção Social Básica, de forma a contribuir para a materialização das seguranças afiançadas pela Proteção Social Básica, preconizada pela Política Nacional de Assistência Social e garantida pelo Sistema Único de Assistência Social.

O Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS, destinado aos(as) trabalhadores(as) do SUAS de nível superior inseridos no âmbito da gestão e no provimento dos serviços da Proteção Social Especial, visando capacitá-los(as) por meio do compartilhamento de conhecimentos e metodologias relacionadas à Proteção Social Especial.



O **Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS**, destinado aos(as) conselheiros(as) Municipais e Estaduais da Assistência Social e trabalhadores (as) do SUAS, tendo como intuito fornecer-lhes conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício do controle social, qualificando a sua atuação política e institucional e contribuindo para o protagonismo dos conselhos no desenvolvimento da política de assistência social.

O **Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS**, destinado aos(as) Gestores(as) e técnicos(as) de nível superior das Secretarias de Assistência Social com a finalidade de fornecer-lhes competências para o desenvolvimento de atividades inerentes à função de Vigilância Socioassistencial em seus âmbitos de atuação.

3.2 Dos Objetivos Específicos

a) Curso de Atualização sobre a Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS:

- Possibilitar ao público compreender o significado, a importância e o alcance das ações de prevenção nos serviços da proteção social básica.
- Permitir ao público refletir sobre as estratégias necessárias para promover a prevenção das situações de risco e violações de direitos apoiadas nos princípios da PNAS/SUAS.
- Possibilitar aos (as) capacitandos (as) compreender os pressupostos teórico-políticos, éticos e operacionais que orientam os serviços e as ações da Proteção Social Básica no território.
- Permitir ao público entender a importância da articulação e integração entre os serviços socioassistenciais, os benefícios e transferências de renda e as outras políticas.
- Impulsionar a reflexão sobre a importância da articulação e da integração entre os serviços socioassistenciais e as outras políticas.
- Possibilitar aos (as) capacitandos (as) compreender os principais conceitos que dão concretude ao trabalho social com famílias.
- Possibilitar compreender os modos como estão articulados o PAIF e os serviços de convivência, para efetivação do atendimento com centralidade na família.
- Possibilitar aos (as) participantes compreender a necessidade de incentivar o protagonismo e a participação dos usuários.
- Permitir ao público identificar o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e compreender trajetória histórica da constituição desse serviço e seu contexto atual.
- Possibilitar ao público reconhecer a convivência como estratégia para estabelecimento de vínculos positivos entre os (as) usuários (as), seus familiares e a comunidade.
- Permitir aos(as) capacitandos (as) identificar as vulnerabilidades relacionais que justificam a participação do usuário no SCFV.
- Possibilitar aos (as) participantes a reflexão sobre recursos e estratégias para desenvolver o trabalho de convivência junto aos(as) usuários (as) e as famílias.
- Permitir ao público a compreensão da segurança de convívio como uma das garantias da PNAS/SUAS e as orientações da NOB para as seguranças afiançadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

- Qualificar os (as) participantes no reconhecimento da diversidade do público dos serviços e ações socioassistenciais.
- Permitir aos (as) capacitandos (as) o reconhecimento das diversas formas de produção e reprodução da desigualdade.
- Qualificar os (as) participantes para a adequação do planejamento e execução de ações para a diversidade do público.

b) Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS:

- Permitir aos (as) capacitandos (as) discutir os conceitos norteadores do SUAS no contexto dos atendimentos socioassistenciais da PSE.
- Permitir a identificação dos públicos prioritários e compreender a necessidade de planejamento.
- Possibilitar ao público compreender o papel da gestão para a estruturação, oferta e reordenamento da PSE
- Permitir aos (as) participantes compreender a estratégia de qualificação processual e gradual das condições para melhoria dos atendimentos por meio da oferta e do reordenamento da rede e dos serviços da PSE.
- Qualificar os (as)capacitandos (as) no conhecimento dos instrumentos e as estruturas implicadas na oferta e no processo de reordenamento da rede prestadora de serviços da PSE.
- Permitir aos (as)capacitandos (as)localizar as fontes normativas e de orientações técnicas para cada serviço de média complexidade.
- Possibilitar aos (as)participantes apontar os cuidados principais que devem ser observados em relação a cada público e aos atendimentos nos serviços da PSE de média complexidade.
- Permitir ao público conhecer as características dos serviços de acolhimento, bem como seus parâmetros de funcionamento.
- Permitir aos (as) participantes conhecer as fontes normativas e de orientações técnicas para cada serviço de alta complexidade.
- Possibilitar aos (as)capacitandos (as) compreender os processos e os instrumentos de planejamento envolvidos no processo de reordenamento (plano de acolhimento, plano individual de atendimento, projeto político-pedagógico).

c) Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS:

- Desenvolver a compreensão no tocante à trajetória histórica da Assistência Social no Brasil e a consciência em relação às principais conquistas históricas dessa política pública nas últimas décadas.
- Realizar nivelamento acerca da atual configuração organizacional do SUAS, da sua estrutura de financiamento e dos seus principais instrumentos de gestão e controle social.
- Realizar nivelamento acerca da atual configuração organizacional do Programa Bolsa Família.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

- Desenvolver a compreensão sobre as atribuições e responsabilidades dos Conselhos de Assistência Social.
- Qualificar os (as) participantes para a utilização das Matrizes de Fiscalização e Formulários de Registro de Falhas e Irregularidades, elaboradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2013) como material de orientação das atividades de fiscalização dos Conselhos de Assistência Social.

d) Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS:

- Familiarizar o público da capacitação com métodos, sistemas e softwares que apoiem a sistematização da informação.
- Fomentar a cultura da informação na tomada de decisões, planejamento, execução, monitoramento e avaliação no SUAS.
- Atualizar o público da capacitação quanto ao conhecimento e à compreensão dos principais marcos teóricos, objetivos e conceitos da Vigilância Socioassistencial, em especial os de território, risco e vulnerabilidade.
- Qualificar os (as) participantes no uso e gestão de sistemas de informação úteis para produção de diagnósticos socioterritoriais e temáticos sobre a demanda socioassistencial a fim de subsidiar a Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades.
- Qualificar os(as) participantes no uso e gestão de sistemas de informação úteis para sistematização de dados sobre as condições de oferta e de operacionalização dos serviços, programas, projetos e entregas no âmbito do SUAS, a fim de subsidiar a Vigilância de Padrões e Serviços.
- Desenvolver capacidades técnicas para a produção de relatórios de monitoramento e avaliação dos serviços públicos socioassistenciais ofertados nas redes pública e privada de atendimento do SUAS (tipo, volume e qualidade), volume de demandas por seguranças sociais (acolhida, convívio e sobrevivência) e defesa de direitos.
- Qualificar os (as) participantes para a elaboração de relatórios propositivos que auxiliem a gestão nas atividades de planejamento e execução, especialmente o diagnóstico sócio-territorial e o monitoramento dos Planos de Ação da Assistência Social e que apoiem a ação das equipes de CRAS e CREAS nos territórios, especialmente nas ações de busca ativa.

4. DO CONTEÚDO E DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Os conteúdos pedagógicos dos 04 (quatro) cursos que serão ofertados estão dispostos de acordo com Projeto Pedagógico definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social- MDS, atualmente Ministério da Cidadania, conforme **Anexo I**.

5. DA REALIZAÇÃO DOS CURSOS NA MODALIDADE EAD (Moodle Versão 3.5) E NUMERO DE VAGAS

Os cursos serão executados em Ambiente Virtual de Aprendizagem da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS-SC. As turmas serão organizadas com o número máximo de 50 (cinquenta) capacitando(a) por turma.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

A distribuição das vagas de cada curso está em consonância à Resolução CIB nº 19 de 11/08/2014, publicada no DOU/SC nº19.882, página 05, de 19/08/2014 e Resolução CEAS nº 35 de 15/09/2014, publicado no DOU/SC nº 19.907 de 23/09/2014.

Tabela 1: Número de vagas total por curso

Curso	Carga Horária	Número máximo de capacitando(a) por turma
1. Curso de Atualização sobre a Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	40h	50
2. Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS	40h	50
3. Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS	40h	50
4. Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS	40h	50

Além das vagas destinadas aos municípios serão ofertadas também vagas a setores da Política de Assistência Social do Estado e do Controle Social, conforme a Tabela 2:

Tabela 2: Número de vagas por ente

Ente	Número de vagas
Vagas para os Municípios	3552
Vagas para Gestão Estadual	34
Vagas para Secretaria Executiva	1
Vagas para Conselheiros Estaduais e Sociedade Civil	45
Vagas para Membros Titulares e Suplentes do NUP/SUAS/SC	20

O número de vagas por curso será proporcional à macrorregião. As vagas destinadas aos municípios deverão ser preenchidas respeitando a organização de distribuição de vagas por macrorregião conforme **Tabela 3** e por município conforme **Anexo II**.

Tabela 3: Distribuição das vagas por Macrorregião destinadas aos Municípios

Macrorregião	1. Atualização sobre a Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	2. Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS	3. Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS	4. Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS
Foz do Rio Itajaí Nordeste	188	159	50	25



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

Grande Florianópolis	148	116	20	40
Grande Oeste	304	287	152	76
Meio Oeste	224	182	110	55
Planalto Norte	76	61	28	14
Serra Catarinense	100	67	18	36
Sul	219	176	90	45
Vale do Itajaí	227	133	84	42
Total Geral	1486	1181	552	333

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A contratada deverá participar das reuniões de alinhamento com a SAS-SC e o Ministério da Cidadania, cabendo a ela capacitar e realizar o alinhamento conceitual junto aos profissionais contratados.

6.2 A contratada deverá atuar em ações de divulgação dos cursos junto ao público-alvo.

6.3 A contratada deverá realizar a inscrição e matrícula dos capacitandos (as), devendo estas estar de acordo com as especificações dos requisitos para matrícula e de acordo com o número de vagas por município (Anexo II) e por entes (Tabela 2).

6.4 O início dos cursos será condicionado à validação do Ambiente Virtual de Aprendizagem e demais recursos educacionais pela SAS-SC e a conclusão da capacitação da equipe pela contratada.

6.5 A contratada deverá adequar o curso a plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem da SAS-SC, plataforma **Moodle Versão 3.5**, para versão compatível adequada ao designer instrucional e gráfico para que sejam garantidas as características de interatividade, responsividade e mobilidade.

6.6 O Ambiente Virtual de Aprendizagem deverá garantir ao aluno a flexibilidade quanto a horário e local de acesso, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas durante 7 (sete) dias da semana por todo o período de realização do curso e após até o dia que a executora julgar necessário.

6.7 O Ambiente Virtual de Aprendizagem deverá oferecer condições de ensino e interação síncrona e assíncrona – 25 % da carga horária de interação síncrona, com datas e horários previamente programados que devera ser gravados e fornecidos a SAS-SC em meio físico **Disco Removível SD**, o material deve estar no **Moodle Versão 3.5** e com **possibilidade de edição** por parte de SAS-SC devidamente catalogado e organizado para uso posteriormente para treinamento pela SAS-SC, e, 75 % da carga horária de interação assíncrona para a totalidade da carga horária de cada curso com cada turma.

6.8 O Ambiente Virtual de Aprendizagem deve oferecer acessibilidade.

6.9 A contratada deverá realizar adaptação do conteúdo para a modalidade de EAD (**Moodle Versão 3.5**), devendo ele ser: dialógico, atrativo e responsivo.

6.10 A contratada deverá assegurar os instrumentos de avaliação que os cursos necessitem.

6.11 A contratada deverá assegurar comunicação do(a) capacitando (a) com professor(a) para orientações quanto aos conteúdos, dúvidas que possam ocorrer e a socialização das experiências. Comunicação também com assistência pedagógica para o uso das ferramentas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, questões operacionais e administrativas.

6.12 Cada turma deverá ter um sistema de atuação pedagógica proativa com atuação diária quanto às dúvidas e indagações dos (as) capacitandos (as).

6.13 A Equipe mínima: professores conteudistas, coordenação geral, coordenação pedagógica, professores e assistentes pedagógicos em consonância com a descrição da equipe técnica e ambientados nos cursos/aulas **EAD (Moodle Versão 3.5)**.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

6.14 A contratada deverá garantir que os conteúdos ministrados atendam ao projeto pedagógico de cada curso com a devida mediação pedagógica efetuada pelos (as) professores (as).

6.15 Cada professor (a) poderá acompanhar até 100(cem) capacitandos (as) concomitantemente, devendo ser assistido por um(a) assistente pedagógico.

6.16 Cada assistente pedagógico poderá acompanhar até 100(cem)capacitandos (as) concomitantemente. Considerando 2 grupos de até 50(cinquenta)capacitandos. Com a possibilidade da intervenção visual, por meio do uso de câmera e apresentações de slides, esse dispositivo também permitirá interação entre professor, tutores e capacitandos por meio do chat e de links de ferramentas externas ao ambiente, assim, sendo possível utilizar ferramentas de game fixação, mapeamento do pensamento coletivo, enquetes e até explorar vídeos.

6.17 A contratada deverá produzir os materiais e recursos didáticos (projeto instrucional, roteiros de estudos, objetos de aprendizagem, multimídia, etc.) de acordo com a necessidade de cada curso e em alinhamento com os respectivos projetos pedagógicos, SAS-SC e Ministério da Cidadania.

6.18 A contratada deverá realizar a emissão de relatórios automatizados e controle de presença.

6.19 A contratada deverá oferecer uma estrutura de atendimento online aos participantes do curso com secretaria acadêmica e suporte técnico ao ambiente virtual de aprendizagem diariamente entre as nove (9) horas e vinte e uma (21) horas.

6.20 A instituição deverá elaborar o guia do (a) capacitando (a) com toda a programação, regulamentação e dinâmica de realização e avaliação do curso.

6.21 A distribuição da carga horária do curso de 40 horas deverá contemplar:

a) Estudos de Materiais didáticos – Trilha de Aprendizagem, Caderno do Aluno, vídeos-aula e artigos – 20 horas;

b) Participação em canais de comunicação (Fórum, chat) – 3 horas;

c) Aulas Virtuais Síncronas que deverão ser gravadas – 10 horas;

d) Lista de exercícios (individual ou em grupo) – 2 horas;

e) Atividade Prática Obrigatória a ser definida no alinhamento com a contratada – 3 horas; e

f) Avaliação Final do curso com pesquisa: 2 horas.

6.22 As aulas virtuais deverão ser gravadas e disponibilizadas para os (as) capacitandos (as) na trilha de aprendizagem e para SAS-SC durante aplicação do curso e após até dez dias do julgamento dos recursos dos alunos pela executora referente a sua avaliação.

6.23 A equipe pedagógica deverá conceder à SAS-SC autorização de uso de imagem e autoral, quando for o caso, para uso dos recursos educacionais desenvolvidos.

6.24 Os cursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, com todos os recursos educacionais e relatórios de acompanhamento, deverão estar acessíveis para a SAS-SC durante todo o período de execução do curso, devendo este ser mantido após o encerramento das turmas, conforme estabelecido no item 6.22 acima;

6.25 A contratada deverá alimentar o Sistema de Monitoramento Acadêmico (SIMA), do Ministério da Cidadania.

6.26 As aulas virtuais deverão ser gravadas e disponibilizadas em meio físico devidamente organizadas para que a Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família de Santa Catarina utilize como material pedagógico no treinamento dos trabalhadores do SUAS quando bem quiser a qualquer tempo.

6.27 Todas as aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor e oficinas de aprendizagem como os materiais que serão entregues gravados deveram ter sempre intérpretes de Libras simultaneamente nas gravações e durante todos os trabalhos ofertados.

6.28 A produção do material didático é de uso exclusivos do SUAS que tem por objetivo instruir e aperfeiçoar os envolvidos na execução dos trabalhos do SUAS como gestores, conselheiros e trabalhadores.

6.29 As turmas dos quatro módulos não devem acontecer concomitantemente na mesma macrorregião para que não impossibilite o aluno (a) a participar em mais de um curso;



7. DA EQUIPE TÉCNICA MINIMA DA CONTRATADA

Para a execução dos cursos durante a vigência do contrato, a contratada deverá dispor de equipe técnica em número suficiente para atender a oferta das turmas e respeitando o número máximo de 50(cinquenta) capacitandos (as) por turma, devendo a equipe técnica pedagógica ser composta por:

- 01 (um) Coordenador Geral por modalidade de curso;
- 01 (um) Coordenador Pedagógico por modalidade de curso;
- 01(um) Assistente Pedagógico, por modalidade de curso, podendo acompanhar até 2 (duas) turmas concomitantes de no máximo 50 (cinquenta) capacitando(a);
- 01(um) professor responsável pelos módulos de conteúdos conforme os Projetos Pedagógicos dos cursos por turma, podendo assumir até 2 (duas) turmas concomitantes de no máximo 50 (cinquenta) capacitando(a);
- 01 (um) professor conteudista por modalidade de curso; e
- 01 (uma) equipe de técnicos (as) da área de informática para realizar suporte, em numero suficiente para não prejudicar o aproveitamento dos capacitando(a) a se conectar as aulas e conteúdos durante o período previsto dos serviços do contrato.

Os profissionais alocados na equipe técnica da **CONTRATADA** deverão apresentar as qualificações e experiências abaixo especificadas, responsáveis pelos módulos inerentes a cada curso:

7.1 Qualificação do(a) Coordenador(a) Geral:

- 7.1.1 Formação acadêmica: mestrado ou doutorado em Administração, Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, Política Social, Ciência da Educação ou Pedagogia.
- 7.1.2 Experiência profissional: em coordenação de ações de formação de pessoas ou capacitação profissional na área de políticas sociais.
- 7.1.3 Atribuições: coordenação administrativa e gerencial da execução do curso e interlocução com demais agentes envolvidos.

7.2 Qualificação do (a) Coordenador(a) Pedagógico (a):

- 7.2.1 Formação acadêmica: especialização, mestrado ou doutorado em Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, Política Social, Ciência da Educação ou Pedagogia.
- 7.2.2 Experiência profissional: em coordenação de ações de formação de pessoas ou capacitação profissional na área de políticas sociais.
- 7.2.3 Atribuições: coordenar pedagogicamente a execução da capacitação e no que se refere ao trabalho da equipe docente.

7.3 Qualificação do (a) Assistente Pedagógico (a):

- 7.3.1 Formação acadêmica: Graduação em Sociologia, Ciência Política, Serviço Social, Psicologia, Economia, ou Administração Pública; ou especialização, mestrado ou doutorado em áreas equivalentes.
- 7.3.2 Experiência: Domínio dos recursos tecnológicos, didáticos e pedagógicos utilizados nos cursos; dos procedimentos para confecção dos relatórios técnicos; de planejamento de prazos; de mediação sobre problemas de aprendizagem; de técnicas motivacionais aplicáveis à **EAD (Moodle Versão 3.5)**.
- 7.3.3 Atribuições: mediação sobre problemas de aprendizagem; acompanhamento pedagógico; interlocução entre equipe pedagógica e capacitando (a); desenvolvimento de técnicas motivacionais aplicados à **EAD (Moodle Versão 3.5)**.



7.4 Qualificação dos(as) Professores:

7.4.1 Professores conteudistas: desenvolvimento e adaptação de conteúdo teórico-metodológico para a plataforma EAD (**Moodle Versão 3.5**) de acordo com Projeto Pedagógico.

7.4.2 Professores facilitadores: atuação em conjunto com assistentes pedagógicos na mediação com os capacitando(a);ministrar os conteúdos dos cursos conforme Projeto Pedagógico.

7.5 Qualificação da Equipe de Técnica Informática:

7.5.1 Técnicos com conhecimentos dos softwares utilizados na execução que possam resolver qualquer problema na execução do contrato;

7.5.2 Técnicos da área de transmissão de dados que possam resolver qualquer problema tanto do provedor como cliente, até acessando a maquina do cliente com autorização para garantir a transmissão dos conteúdos e aulas;

7.5.3 Técnicos de plantão para dúvidas dos capacitandas (os) de softwares e hardwares para execução dos cursos; e

7.5.4 Contato de equipe de suporte via plataforma ou central telefônica sem custo para o aluno.

7.6 Categorias Profissionais Habilitadas para Trabalho no SUAS:

Entende-se por categorias profissionais para atender os trabalhos no SUAS são as alinhadas conforme a Resolução nº 17/CNAS de 17 de junho de 2011e conjuntamente suas experiências:

a) Formação acadêmica Graduação em Serviço Social, Psicologia, Administração, Antropologia, Administração, Sociologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Economia doméstica, Pedagogia, Ciências Sociais, Terapia Ocupacional. conforme a Resolução nº 17/CNAS de 17 de junho de 2011.

b) Experiência com a docência nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Administração, Antropologia, Administração, Sociologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Economia doméstica, Pedagogia, Ciências Sociais, Terapia Ocupacional. Experiência de docência na área da Política de Assistência Social com a comprovação mediante declarações de duas instituições públicas ou privadas, em diferentes processos formativos.

c) Experiência profissional na área da Política de Assistência Social, comprovada mediante no mínimo uma declaração de instituições públicas ou privadas diferentes, ou atestado de capacidade técnica, que apresente atividades profissionais continuadas como:

- Trabalho técnico/profissional em equipamentos públicos (CRAS/CREAS), serviços, programas, projetos e benefícios da política da assistência social. Trabalho técnico/profissional ou na gestão de entidades e organizações de assistência social.
- Controle social, através da participação/assessoria aos Conselhos de Assistência Social, Conferências de Assistência Social, Fóruns dos usuários SUAS, Fóruns dos trabalhadores SUAS e Fóruns de entidades e organizações de assistência social.
- Assessoramento com fins de fortalecimento dos “movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social”. (Resolução nº 16/2010 – CNAS, artigo 2º, inciso II). O assessoramento corresponde, igualmente, ao aprimoramento da gestão na Política de Assistência Social.
- Defesa e garantia de direitos: atividades profissionais que, de forma planejada e continuada, realizem prestação de serviços “voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social”. (Resolução nº 16/2010 – CNAS, artigo 2º, inciso III).

A substituição será autorizada pelo Contratante, nos termos do Art. 30, parágrafo 10 da Lei 8.666/93.

A comprovação da capacidade técnica da equipe responsável pela execução dar-se-á mediante a apresentação de currículos, em conformidade com os critérios de formação acadêmica e experiência profissional de cada um;

Os currículos de todos os componentes da equipe técnica deverão estar devidamente assinados pelos respectivos profissionais e acompanhados de declarações, datadas e assinadas pelos mesmos profissionais.

A titulação acadêmica dos componentes da equipe técnica pedagógica será comprovada por meio da cópia de diploma ou certificado proveniente de instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

A experiência profissional dos componentes da equipe técnica pedagógica será comprovada por meio de, pelo menos, uma declaração (para cada profissional) fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado quanto à participação do profissional projeto ou ação de formação de pessoas no âmbito do qual tenha desempenhado função compatível com a que é indicado a desempenhar no curso objeto deste Plano de Trabalho.

É facultado à **CONTRATADA** efetuar diligências objetivando a comprovação das informações fornecidas.

A contratação de demais técnicos e auxiliares necessários para o atendimento às demandas referentes ao desenvolvimento dos produtos e execução dos cursos deverá ocorrer de acordo com as necessidades alinhadas ao cronograma estabelecido, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA**.

8. OFICINA DE ALINHAMENTO PEDAGÓGICO

A Oficina terá duração mínima de 2 (dois) dias e acontecerá sempre antes do início de cada curso de acordo com o cronograma. A oficina poderá ser realizada virtualmente com participação da equipe técnica da **CONTRATADA**.

9. DO FISCAL DO CONTRATO.

A SAS-SC designará através de portaria específica servidor (es) para atuar como fiscal (is) responsável(is) pelo acompanhamento, fiscalização e aprovação final dos serviços executados, objeto deste contrato.

10. DA CERTIFICAÇÃO

10.1 A confecção e envio de atestado de participação ou certificado de conclusão do curso aos participantes estará condicionada a 75% de aproveitamento nas atividades do curso e aproveitamento satisfatório na avaliação de aprendizagem.

10.2 A apresentação de atestados médicos não poderá comprometer o percentual mínimo exigido para a certificação.

10.3 Cabe à contratada a produção e entrega dos certificados de conclusão do curso aos



capacitandos (as) que atenderem aos critérios expressos no subitem anterior.

10.4 Inscrição e alimentação de dados no SIMA - Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania.

11. DOS PRODUTOS

O atesto da realização dos serviços do Termo de Referência será dado pela contratante mediante a validação dos seguintes produtos a serem entregues pela contratada:

11.1. Primeiro produto: Processo de Inscrição, Matrícula e Produção dos cursos.
Devendo contemplar os seguintes itens e entregas:

Inscrição, Matrículas e Organização da Equipe Pedagógica:

- a) Sistematização dos resultados da Reunião Inicial e da Oficina de Alinhamento Pedagógico e de Conteúdos e orientação para a execução dos cursos;
- b) A discriminação do quadro pedagógico responsável por cada turma, que deverá ser o mesmo apresentado para fins da habilitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada por esta Secretaria;
- c) Avaliação e resultados do processo de mobilização dos (as) participantes: ações desenvolvidas, meios e recursos utilizados; e
- d) Ações de divulgação das inscrições e realização de matrículas de capacitandos (as).
- e) Quadro de turmas estruturadas, cronograma de realização dos cursos, discriminação do quadro pedagógico responsável por cada turma;
- f) Lista e quantitativo dos capacitandos (as) inscritos (as), discriminados por município;
- g) Arquivo eletrônico específico com as fichas de cadastro dos perfis dos (as) capacitandos (as). E cadastro no SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania; e
- h) Os documentos descritos nas alíneas anteriores deverão ser entregues à contratante em meio eletrônico e em três vias impressas e assinadas.

Recursos Educacionais:

- a) Projeto Instrucional: deverá estar de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso;
- b) Projeto Gráfico: deverá estar de acordo com a identidade visual oficial da SAS-SC e do Programa CapacitaSuas que a legislação permitir;
- c) Guia do Capacitando: deverá conter todas as informações relevantes ao capacitando para o bom andamento do curso: programação, regulamentação, proposta pedagógica, forma de avaliação; critério de certificação, formas de contato com equipe pedagógica, etc.;
- d) Trilhas de Aprendizagem: deverão estar de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso e em atendimento ao conteúdo por ele proposto;
- e) E-book: adaptação à metodologia EAD (**Moodle Versão 3.5**) e atualização, se necessário. Deverá estar de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso e em atendimento ao conteúdo por ele proposto. Deverá respeitar e garantir os direitos autorais. Deverá estar de acordo com as Normas ABNT;
- f) Atividades de aprendizagem (individual ou em grupo): deverão estar de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso e em atendimento ao conteúdo por ele proposto;
- g) Atividades prática obrigatórias: deverão estar de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso e em atendimento ao conteúdo por ele proposto;
- h) Ferramentas de interação Fórum e Chat: deverá estar alinhados a proposta pedagógica, configurando-se como espaço discussão relevante e ao conteúdo e trocas de saberes, devendo ser mediados pela equipe pedagógica;



- i) Mídias: vídeos-aula; podcasts, animações. Deverão contemplar as aulas virtuais síncronas e servir como recursos educacionais dinâmicos na abordagem dos conteúdos previstos no Projeto Pedagógico;
- j) Pesquisa de Satisfação: deverá abordar indicadores de satisfação dos(as) capacitando(as) nos eixos: acessibilidade; recursos educacionais; equipe pedagógica; conteúdo; impacto na atuação profissional; e
- k) AVA customizada: deverá ser intuitivo, garantir acessibilidade dos usuários e estar de acordo com projeto gráfico e projeto instrucional aprovados.

Métricas dos produtos por curso:

Mídias: 12 horas. Devendo ser 10 horas dedicadas às aulas virtuais e podendo ter 2 horas distribuídas entre podcasts, animações e/ou vídeos-aula.

E-book: diagramado em PDF e HTML5 (responsivo e interativo), contendo recursos variados (imagens, ilustrações, ícones, objetos interativos). Número de páginas correspondente ao conteúdo bruto de cada curso, sendo o mínimo de 134 e máximo de 194 páginas.

Atividades de aprendizagem (individual)

Avaliação: Ao final de cada curso deve ser elaborado uma avaliação com 10 questões objetivas, sendo elas compostas de 1 enunciado e 5 alternativas com apenas 1 resposta correta; com 3 aplicações consecutivas e 2 feedback de acerto, que garantam 70% de absorção do conteúdo para ser considerado satisfatório.

Pesquisa de Satisfação: de 15 a 20 questões objetivas.

Imagens: deverá ter sentido educacional. Devendo conter mínimo de 50 e máximo de 200 imagens entre baixa e média complexidade, compreendendo: ilustrações, tabelas, gráficos, infográficos, esquemas, etc.

Todos os itens acima deverão passar por validação da SAS-SC, sendo considerados entregues apenas após aprovação.

A entrega do Primeiro produto ocorrerá após a fase preparatória, caracterizando o aceite provisório da contratante. A contratada terá prazo de 5 (cinco) dias corridos para atender eventual solicitação da contratante quanto a correções ou ajustes no produto e entrega da versão final. O aceite definitivo do produto é condição necessária para o pagamento da parcela correspondente.

11.2 Segundo produto: Relatórios de execução

Deverá descrever e apresentar de forma pormenorizada as atividades da fase de execução realizadas. Nele devem constar os seguintes dados e informações:

- a) Análise do processo de execução: problemas e dificuldades encontrados, ações saneadoras adotadas;
- b) Quantitativo de capacitando (as) desistente (capacitando (as) inscritos, porém ausentes), evadidos (capacitando (as) presentes, porém não concluintes de toda a carga horária) e de substituições realizadas, com as respectivas identificações pessoais e por município;
- c) Quantitativo de turmas realizadas e de capacitandos (as) concluintes, com as respectivas identificações pessoais e por município;
- d) Descrição da infra-instrutora disponibilizada para a realização do curso;
- e) Descrição e problematização do trabalho pedagógico desenvolvido no AVA e nas aulas expositivas e nas oficinas de aprendizagem e do desempenho da equipe pedagógica;
- f) Lista e quantitativo de participantes inscritos, discriminados por município;



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

- g) Listas de frequência das turmas realizadas, contendo as seguintes informações: turma, datas, nomes dos participantes, números dos CPF's e respectivas assinaturas;
- h) Arquivo contendo as fichas de cadastro de perfis dos inscritos;
- l) O Relatório deverá ser entregue à Contratante em meio eletrônico e em três vias impressas e assinadas. O cadastro com o perfil dos inscritos deverá ser entregue apenas.
- m) os itens "b", "c", "f" e "g" deverão também ser entregues em arquivo digital em formato xls (Excel).

11.3 Terceiro produto: Relatório de conclusão

Deverá em relatório descrever e apresentar de forma pormenorizada as atividades da fase de conclusão realizada. Nele devem constar os seguintes dados e informações:

- a) Comprovação do envio de certificado de conclusão do curso para os alunos capacitados;
- b) Avaliação da Capacitação em sua totalidade;
- c) Comprovação de entrega de todos os certificados aos (as) participantes que tiveram, no mínimo, 75% de aproveitamento e participação no curso;
- d) Comprovante de informações dos alunos no SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania;
- e) A entrega do Relatório de Execução será feita na reunião final conforme o cronograma de atividades, ao fiscal do contrato, designado pela Contratante, em meio eletrônico e em duas vias impressas e assinadas, caracterizando o aceite provisório pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família Santa Catarina - SAS; e
- f) A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para atender eventual solicitação da Contratante quanto às correções ou ajustes no produto e entrega da versão final, caracterizando o aceite definitivo.

12 DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Atividades	Data provável
01	Participação da equipe técnica na Oficina de Alinhamento Pedagógico e de Conteúdos.	Do dia 09/out./2023 até dia 16/out./2023
02	Inscrições dos participantes	Início 23 de outubro de 2023
03	Encerramento das inscrições	22 de novembro de 2023
04	Confirmação das inscrições	23 de outubro a 30 de novembro de 2023
05	Produção de conteúdo, materiais e recursos didáticos (roteiro de estudos, objetos de aprendizagem, multimídia) com a respectiva disponibilização para capacitandos(as) de cada turma/curso pela contratada de acordo com a necessidade de cada curso	23 de outubro até 30 de novembro de 2023
06	Montagem das Turmas	01 de janeiro até 30 de janeiro 2024
07	Período da Execução dos cursos	A partir do dia 05/fev/2024 até o dia 31/maio/2024
08	Reunião de Acompanhamento com Contratante e	Semanalmente durante a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

	Contratada	execução dos cursos.
09	Lançamento dos dados no SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania	Ao final do dia de cada curso
10	Reunião Final com Contratante e Contratada(s) e Entrega do Relatório Final de Execução.	Até 5 dias após o encerramento da fase de execução.
11	Entrega dos Certificados	Ao final de cada Turma, com comprovante de entrega e assinatura do recebimento do participante.

13. DO PAGAMENTO DA CONTRATADA

O pagamento será efetuado em 2 (duas) parcelas, conforme quadro abaixo:

Tabela 4: Parcelas e Etapas de Pagamento

Nº	Atividades Executadas	Pagamento
01	Participação da equipe técnica na Oficina de Alinhamento Pedagógico e de Conteúdos.	Pagamento da Primeira parcela até o dia 11 de dezembro de 2023 , após a execução dos 05 itens citados.
02	Inscrições dos participantes	
03	Encerramento das inscrições	
04	Confirmação das inscrições	
05	Produção de conteúdo, materiais e recursos didáticos (roteiro de estudos, objetos de aprendizagem, multimídia) com a respectiva disponibilização para capacitandos (as) de cada turma/curso pela contratada de acordo com a necessidade de cada curso.	
Nº	Atividades Executadas	Pagamento
06	Montagem das Turmas	Pagamento da Última parcela após 30 dias da reunião final e entrega do relatório final de execução.
07	Período da Execução dos cursos	
08	Reunião de Acompanhamento com Contratante e Contratada	
09	Lançamento dos dados no SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania	
10	Reunião Final com Contratante e Contratada(s) e Entrega do Relatório Final de Execução	
11	Entrega dos Certificados	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Florianópolis/SC, 28 de abril de 2023.

ANEXO I

PROJETOS PEDAGÓGICOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

**CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E OFERTA DOS
SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

1. PROJETO PEDAGÓGICO



APRESENTAÇÃO

A oferta do curso de *Atualização sobre a organização e a oferta dos Serviços de Proteção Social Especial* expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar os serviços de proteção social Especial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-los de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante aos serviços de proteção social Especial, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos trabalhadores do SUAS, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A essa tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
2. JUSTIFICATIVA
3. OBJETIVO
4. PÚBLICO
5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
 - 5.1. PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE
 - 5.2. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS
 - 5.3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA
6. MATRIZ PEDAGÓGICA
 - 6.1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
 - 6.2. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA
 - 6.3. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS
 - 6.4. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA
7. RECURSOS INSTRUCIONAIS
8. CERTIFICAÇÃO
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome Curso de Atualização sobre a organização e a oferta dos Serviços de Proteção Social Especial	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta EAD (Moodle Versão 3.5)	Carga Horária 40 horas

2. JUSTIFICATIVA

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas judiciais.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a atuação da PSE é de natureza protetiva. Requerem acompanhamento especializado e sistemático das famílias e, ou, indivíduos e a construção conjunta e criativa de soluções, em articulação com outros serviços e políticas setoriais. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de justiça, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e Defensoria Pública, bem como outros órgãos e ações do Executivo, dada a complexidade das situações e a incompletude da intervenção por apenas uma política pública. Cabe ao Ministério da Cidadania (MC), em parceria com governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam situações de risco social e, ou, pessoal e violação de direitos.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

Os serviços de média complexidade ofertam atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente



inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados. Já os serviços de alta complexidade garantem atendimentos às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. O que configura este nível de complexidade é a proteção integral.

As novas diretrizes normativas da Política Nacional de Assistência Social estabelecem a necessidade do reordenamento das estruturas e serviços, tendo em vista a complexidade e qualidade da oferta. No âmbito da Proteção Social Especial, o reordenamento dos serviços de média e alta complexidade visa promover a adequação dos serviços à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas vigentes com destaque para as dimensões de infra-estrutura/espço físico, metodologias de atendimento, recursos humanos, gestão e articulação em rede.

Nesse contexto, a oferta, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), do Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial, aqui projetado, concebido com base nas diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, se justifica pela contribuição que aporta quanto à qualificação do conjunto de atores envolvidos para desenvolvimento e execução das ações previstas.

3. OBJETIVO

Capacitar diferentes atores envolvidos nos processos de reordenamento dos serviços da Proteção Social Especial, por meio do compartilhamento de conhecimentos, metodologias relacionadas à Proteção Social Especial.

4. PÚBLICO

Trabalhadores do SUAS inseridos no âmbito da gestão e no provimento dos serviços da Proteção Social Especial, dos municípios, estados e Distrito Federal.

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O planejamento do curso de atualização Sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial orientou-se em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, baseada em três pilares: o princípio da aprendizagem significativa de adultos; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem em serviço.



5.1. PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por *educação permanente* o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo este mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O princípio da *educação permanente* não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos, e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução dos problemas. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o princípio da educação permanente acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham na gestão do SUAS. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade dessa gestão passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O princípio da educação permanente chama a atenção para o fato de que essa busca de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na



implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

5.2. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões técnica, ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação centrados no desenvolvimento de habilidades intelectuais ou motoras, com natureza repetitiva, cujos contextos e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo à qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo, de um lado, técnicos e gestores; e de outro, representações da sociedade civil, incluindo usuários e beneficiários dos serviços e benefícios socioassistenciais. Esta situação impõe a necessidade da constante e permanente reflexão quanto à adequação dos processos de gestão e das práticas profissionais aos objetivos democráticos e participativos e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, não se trata do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas também de competências socioprofissionais, ou seja, envolve o desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo projeto pedagógico do curso aqui estruturado.



Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme o quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	ü Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema; ü Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados com a sua implementação;
COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	ü Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços);
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	ü Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe, que resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo;
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	ü Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização;
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	ü Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.

5.3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Por aprendizagem significativa compreende-se o processo em que se busca, por meio da mobilização dos saberes e experiências prévias daquele que aprende, a interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes. Por essa via, o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais: a primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno



quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem; e a segunda se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação, pela relevância que possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associada à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: (i) as experiências de vida e de trabalho do capacitando; (ii) seus valores, conhecimentos e habilidades; e (iii) as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, em que o instrutor passa a ter papel de facilitador da aprendizagem, apontando e orientando caminhos, mas mantendo o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos trabalhadores, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho.

Este é o objetivo que se encontra no cerne da educação permanente, sendo de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS, assim como do fortalecimento das instâncias e mecanismos de controle social.

6. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste projeto pedagógico tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades teórico-práticas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho educativo a ser desenvolvido, a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas



relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, a proposta político-pedagógica do curso.

6.1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. Na perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- (i) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- (ii) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- (iii) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem, fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

6.2. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.



A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responder ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao seu respectivo enfoque e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

6.3. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades: **aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor e oficinas de aprendizagem**. A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos trabalhadores. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc.) que lhes permita fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.



6.4. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

CURSO DE “ATUALIZAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E OFERTA DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL”					
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	Os serviços de Média e Alta Complexidade na gestão do SUAS: visão, instrumentos e estruturas	08 horas	Ao final o capacitando deve ser capaz de:	O direcionamento que deve ser dado aos conteúdos é:	
Unidade 1	1. Visão geral da PSE e de seu público alvo e características dos atendimentos - perspectiva histórica e proposta atual do SUAS; 2. Conceitos centrais para oferta e reordenamento dos serviços socioassistenciais da PSE: ü Vigilância Socioassistencial: Território; vulnerabilidade social, situação de risco pessoal ou social por violação de direitos; ü Serviços: matricialidadesociofamiliar; autonomia; vínculo; caráter público dos serviços; rede de equipamentos públicos e privados; e articulações intersetoriais; ü	04 horas	ü Discutir os conceitos norteadores do SUAS no contexto dos atendimentos socioassistenciais da PSE; ü Identificar públicos prioritários e compreender a necessidade de planejamento.	ü Desconstrução da lógica de segregação, da cultura de culpabilização das famílias e indivíduos e institucionalização para os públicos com direitos violados; ü Necessidade de fortalecimento das estratégias intersetoriais para o atendimento integral para a garantia de direitos.	ü Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor; ü Oficina de aprendizagem



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

Unidade 2	1.O papel da gestão na estruturação, na oferta e no reordenamento, na articulação intersetorial e na relação com o sistema de justiça nos territórios: diagnóstico (vigilância socioassistencial), planejamento, capacitação, monitoramento e avaliação. 1. A arquitetura de cofinanciamentos e expansões pactuadas	04 horas	ü Compreender o papel da gestão para a estruturação, oferta e reordenamento da PSE ü Compreender a estratégia de qualificação processual e gradual das condições para melhoria dos atendimentos por meio da oferta e do reordenamento da rede e dos serviços da PSE. ü Conhecer os instrumentos e as estruturas implicadas na oferta e no processo de reordenamento da rede prestadora de serviços da PSE.	ü Necessidade de fortalecimento das estratégias intersetoriais para a gestão dos serviços. A articulação necessária não é papel exclusivo de coordenadores de CRAS, CREAS e Centros POP. ü Avaliação coletiva do órgão gestor com a rede socioassistencial para construção de planejamento como resposta das vulnerabilidades sociais e violação de direitos ü Apontar que o diagnóstico precisa ultrapassar as necessidades que já estão sendo atendidas.	
MÓDULO II	A oferta dos serviços de Média e Alta Complexidade: normativas e princípios.	32 horas	<i>Ao final o capacitando deve ser capaz de:</i>	<i>O direcionamento que deve ser dado aos conteúdos é:</i>	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Unidade 1	1. Normativas e princípios que guiam os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade: ü A interrelação dos serviços com PAEFI e PAIF no trabalho social com famílias; ü Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas – LA e PSC; serviço especializado para pessoas em situação de rua; Abordagem Social e PETI;	20 horas	ü Localizar as fontes normativas e de orientações técnicas para cada serviço de média complexidade; ü Apontar os cuidados principais que devem ser observados em relação a cada público e aos atendimentos nos serviços da PSE de média complexidade.	ü Explicitar a interrelação dos serviços com o PAEFI no trabalho social com famílias. ü Proteger a privacidade e evitar de exigências peregrinação; ü Valorizar as estratégias metodológicas que busquem o convívio social, a utilização dos recursos do território e a oferta de atendimentos coletivos e a relação intersetorial. ü Favorecer/aprimorar a organização e funcionamento de cada serviço;	ü Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor; ü Oficina de Aprendizagem: Sistematização de metodologias já aplicadas e apontamentos para aprimoramento dos serviços
-------------------------	--	-----------------	---	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Unidade 2	1. Normativas e princípios que guiam os serviços da proteção social especial de alta complexidade: ü Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e para jovens de 18 a 21 anos: abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora e república; ü Serviços de acolhimento para jovens e adultos com deficiência: residências inclusivas; ü Serviços de acolhimento para adultos e famílias (população em situação de rua): abrigo institucional, casa de passagem e república.	12 horas	ü Conhecer as características dos serviços de acolhimento, bem como seus parâmetros de funcionamento; ü Conhecer as fontes normativas e de orientações técnicas para cada serviço de alta complexidade; ü Compreender os processos e os instrumentos de planejamento envolvidos no processo de reordenamento (plano de acolhimento, plano individual de atendimento, projeto político-pedagógico).	ü Excepcionalidade e temporalidade do acolhimento. ü Promoção da convivência familiar e comunitária. ü Centralidade na adequação da rede de atendimento quanto às dimensões do reordenamento: porte e estrutura, recursos humanos, metodologias de atendimento, gestão do serviço e gestão da rede. ü Explicitar o referenciamento dos serviços ao PAEFI, na perspectiva integralidade do atendimento.	ü Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor; ü Oficina de Aprendizagem (construção coletiva do Plano de Acolhimento)
-------------------------	--	-----------------	--	--	--



7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

Nesse sentido, de forma opcional, pode a instituição executora ofertar aos capacitandos oportunidade de aprofundamento nos temas do reordenamento de serviços da proteção social especial na modalidade a distância. Essa possibilidade consiste no aluno acessar em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), atividade pedagógica relacionada ao serviço reordenado no qual atua. Nesse ambiente o trabalhador terá acesso a uma seleção de materiais específicos, tais como, referências normativas, textuais, vídeos, e outros que, agrupados, servem de subsídio à atividade proposta de reflexão sobre sua prática profissional no serviço em reordenamento à sua escolha. Ao MDS cabe indicar os materiais de referência, descrever as especificações mínimas do AVA e elaborar a atividade pedagógica sugerida. À Instituição executora cabe manter o ambiente virtual aberto aos participantes dos cursos de reordenamento, que pode contar ou não com um fórum para trocas livres entre os trabalhadores, sem a necessidade de tutoria.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão de 70% das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.

9.CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.



10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Lucinao (et all). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito sócio assistencial. In: *Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. *A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula*. Brasília: Editora UnB, 2006.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: *Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. *Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Especial do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)/Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. *A Taxonomia de Objetivos Educacionais*. Brasília: Editora UnB, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 17ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V. 1).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ESPECIFICIDADE E INTERFACES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS

2. PROJETO PEDAGÓGICO



APRESENTAÇÃO

A oferta do curso de *Atualização sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS* expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar os serviços de proteção social básica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-los de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante aos serviços de proteção social básica, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos trabalhadores do SUAS, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A essa tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
2. JUSTIFICATIVA
3. OBJETIVO
4. PÚBLICO
5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
 - 5.1. PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE
 - 5.2. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS
 - 5.3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA
6. MATRIZ PEDAGÓGICA
 - 6.1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
 - 6.2. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA
 - 6.3. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS
 - 6.4. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA
7. RECURSOS INSTRUCIONAIS
8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
9. CERTIFICAÇÃO
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome Curso de Atualização sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta EAD (Moodle Versão 3.5)	Carga Horária 40 Horas

3. JUSTIFICATIVA

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promovem o acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Articulada nas três esferas de governo, a estratégia de atuação está hierarquizada em dois eixos: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.

No âmbito da Proteção Social Básica, o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visa equalizar a oferta do SCFV para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Nesse contexto, a oferta, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), do Curso sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS, aqui projetado, concebido com base nas diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, se justifica pela contribuição que aporta quanto à qualificação do conjunto de atores envolvidos para desenvolvimento e execução das ações previstas para o



reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e para as especificidades e interfaces da proteção social básica.

4. OBJETIVO

Capacitar diferentes atores envolvidos na Proteção Social Básica, por meio do compartilhamento de conhecimentos, metodologias relacionadas ao Reordenamento do SCFV e especificidades e interfaces da proteção social básica, de forma a contribuir para a materialização das seguranças afiançadas pela Proteção Social Básica, preconizada pela Política Nacional de Assistência Social e garantida pelo Sistema Único de Assistência Social.

5. PÚBLICO

Trabalhadores do SUAS de nível superior, inseridos no âmbito da gestão e do provimento dos serviços da Proteção Social Básica, dos municípios, estados e Distrito Federal.

6. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O planejamento do curso de atualização Sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica orientou-se em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, baseada em três pilares: o princípio da aprendizagem significativa de adultos; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem em serviço.

5.1. PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por *educação permanente* o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo este mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes práticos e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O princípio da *educação permanente* não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos, e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução dos problemas. Sua



adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o princípio da educação permanente acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas edificados evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham na gestão do SUAS. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade dessa gestão passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O princípio da educação permanente chama a atenção para o fato de que essa busca de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

5.2. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIO PROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA**

constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões técnica, ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação centrados no desenvolvimento de habilidades intelectuais ou motoras, com natureza repetitiva, cujos contextos e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo à qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo, de um lado, técnicos e gestores; e de outro, representações da sociedade civil, incluindo usuários e beneficiários dos serviços e benefícios socioassistenciais. Esta situação impõe a necessidade da constante e permanente reflexão quanto à adequação dos processos de gestão e das práticas profissionais aos objetivos democráticos e participativos e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, não se trata do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas também de competências socioprofissionais, ou seja, envolve o desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo projeto pedagógico do curso aqui estruturado.

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme o quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	• Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema; • Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados com a sua implementação;



COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	ü Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços);
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	ü Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe, que resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo;
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	ü Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização;
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	ü Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.

5.3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Por aprendizagem significativa compreende-se o processo em que se busca, por meio da mobilização dos saberes e experiências prévias daquele que aprende, a interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes. Por essa via, o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais: a primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem; e a segunda se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação, pela relevância que possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associada à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: (i) as experiências de vida e de trabalho do capacitando; (ii) seus valores,



conhecimentos e habilidades; e (iii) as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, em que o instrutor passa a ter papel de facilitador da aprendizagem, apontando e orientando caminhos, mas mantendo o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos trabalhadores, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho.

Este é o objetivo este que se encontra no cerne da educação permanente, sendo de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS, assim como do fortalecimento das instâncias e mecanismos de controle social.

7. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste projeto pedagógico tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades teórico-práticas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho educativo a ser desenvolvido, a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, a proposta político-pedagógica do curso.

a. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM



Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. Na perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- (iv) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- (v) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- (vi) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem, fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

6.2. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responder ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao seu respectivo enfoque e ao tipo de



atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

6.3. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades: **aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor e oficinas de aprendizagem**. A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos trabalhadores. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc.) que lhes permita fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.



6.4. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

CURSO DE ATUALIZAÇÃO em: “Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS”					
MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS	ENFOQUE	ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS SUGERIDAS
MÓDULO I	Concepção da Proteção Social Básica no SUAS	24h	Compreender e atuar de acordo com a concepção da Proteção Social Básica definida na PNAS/SUAS	ABORDAGEM DE:	PROPOSTAS DE SITUAÇÕES - PROBLEMA
Unidade 1	1. Dimensão preventiva da PSB: foco na prevenção 1.1 Serviços e ações socioassistenciais e a prevenção: • Objetivos e alcance da Proteção Social Básica para prevenção de situações de risco ou violação de direitos; • Prevenção da ocorrência; • Prevenção da reincidência; • Papel de cada serviço; • Intersetorialidade: responsabilidade compartilhada com as demais políticas setoriais; • Longitudinalidade: continuidade das ações para conhecimento e cuidado com o percurso do usuário (referência e contrarreferência);	6h	• Compreender o significado, a importância e o alcance das ações de prevenção nos serviços da proteção social básica; • Refletir sobre as estratégias necessárias para promover a prevenção das situações de risco e violações de direitos apoiadas nos princípios da PNAS/SUAS.	Importância da prevenção na Assistência Social, identificando, de forma coletiva, as vulnerabilidades, situações de risco e violação de direitos a serem prevenidas Evitar ou superar ações de cunho emergencial e focal Valorizar posturas que colaborem com o reconhecimento dos usuários enquanto	Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor Oficinas para simular situações-problema, a partir de temas recorrentes do cotidiano do trabalho



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

	• Integralidade: atendimento de todas as demandas do usuário.			sujeitos autônomos	
Unidade 2	2. O território como espaço de proteção social 2.1 Diagnóstico do território e sua constituição histórica, econômica, cultural, etc. (Importância da Vigilância socioterritorial) 2.2 Serviços e ações socioassistenciais o território: • Organização dos serviços da Proteção Social Básica; • Gestão do território – Atribuições e papéis do: Poder público municipal; gestor municipal da assistência social; coordenador do CRAS; do CRAS, como equipamento da assistência social. • Redes, intersetorialidade, diagnóstico, vigilância, e referenciamento dos serviços e ações da Proteção Social Básica ao CRAS e articulação ao PAIF e com serviços de outras políticas setoriais.	6 horas	• Compreender os pressupostos teórico-políticos, éticos e operacionais que orientam os serviços e as ações da Proteção Social Básica no território; • Entender a importância da articulação e integração entre os serviços socioassistenciais, os benefícios e transferências de renda e as outras políticas; • Impulsionar a reflexão sobre a importância da articulação e da integração entre os serviços socioassistenciais e as outras políticas.	Conhecimento da história do território onde vivem as famílias, resgatando as potencialidades de afirmação, a cultura, e as formas de organização para satisfação de necessidades e afirmação de direitos. Articulação dos serviços socioassistenciais com os serviços de outras políticas públicas e com benefícios e transferências de renda;	Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor ; Oficina com atividades de reflexão sobre os tópicos apresentados



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Unidade 3	3.1 Serviços e ações socioassistenciais e a matricialidadesociofamiliar: - ü Concepção de família para o SUAS; - ü Trabalho social com famílias; - ü Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): • Diretrizes teórico-metodológicas; • Atendimento e Acompanhamento no âmbito do PAIF e Plano de Acompanhamento Familiar; • Diretrizes para a organização gerencial do trabalho social com famílias: direção, planejamento, organização, monitoramento, avaliação. - ü Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. • Breve histórico do reordenamento; • Principais mudanças na organização do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (financiamento; relação entre PAIF e PAIF) (Sugestão da Básica) - ü Os Serviços de Proteção Social Básica executados por Equipes Volantes	12h	- ü Compreender os principais conceitos que dão concretude ao trabalho social com famílias - ü Compreender os modos como estão articulados o PAIF e os serviços de convivência, para efetivação do atendimento com centralidade na família; - ü Compreender a necessidade de incentivar o protagonismo e a participação dos usuários.	Ressaltar a necessidade de horizontalizar as relações entre profissionais e usuários do SUAS, promovendo a escuta e encontrando alternativas para apoiar a emancipação e a reivindicação dos direitos (apoio a lutas coletivas), e evitar a culpabilização das famílias.	Aula expositiva; Sala de diálogos entre trabalhadores e professor ; Atividades de reflexão (oficina)
MÓDULO II	NOB SUAS e as seguranças afiançadas	8 horas			



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Unidade 1	1.1 Seguranças afiançadas ü Acolhida; renda; convívio ou convivência familiar, comunitária ou social; desenvolvimento de autonomia; apoio e auxílio. (sugestão da Básica) 1.2 Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos ü Segurança do convívio na Proteção Social Básica (PSB); ü Público da PSB; ü Aquisições dos usuários: Convivência, vínculo, poder, afeto e ética; ü Convivência como processo e metodologia; ü Consequências programáticas.	8h	ü Identificar o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e compreender trajetória histórica da constituição desse serviço e seu contexto atual; ü Reconhecer a convivência como estratégia para estabelecimento de vínculos positivos entre o usuários, seus familiares e a comunidade; ü Identificar as vulnerabilidades relacionais que justificam a participação do usuário no SCFV; ü Refletir sobre recursos e estratégias para desenvolver o trabalho de convivência junto aos usuários e as famílias; ü Compreender a segurança de convívio com uma das garantias da PNAS/SUAS e as orientações da NOB para as seguranças afiançadas.	Enfocar os fundamentos teóricos políticos do SCFV , considerando a LOAS, PNAS, SUAS E NOB; Evidenciar a associação entre vulnerabilidades sociais e relacionais como objeto da política de estado	Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor; Oficinas de vivência de situações - problema presentes no cotidiano do trabalho. (levantamento local e apresentação das alternativas para a realização do trabalho de convivência e fortalecimento de vínculos e para troca de experiências).
-------------------------	---	-----------	---	---	--

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA**

MÓDULO III	Diversidade do público dos serviços socioassistenciais e estratégias para prestar atendimento com equidade.	8 horas			
Unidade 1	1.1 Questões de violência, exploração e preconceito produzidas em razão de: - ü Geração (crianças, adolescentes, idosos); - ü Raça (negros, Indígenas, quilombolas, ciganos, comunidade de terreiro etc); - ü Gênero (mulheres, homens, LGBT); - ü Deficiência física e intelectual; - ü Dependência química (usuários de álcool e outras drogas); - ü Privação de liberdade.	8 hs	- ü Reconhecer a diversidade do público dos serviços e ações socioassistenciais, para oferecer atendimento com equidade; - ü Reconhecer as diversas formas de produção e reprodução da desigualdade; - ü Adequação do planejamento e execução de ações para a diversidade do público.	Princípio da equidade como norteador dos serviços e ações socioassistenciais; Enfocar o objetivo de emancipação do usuário e o fortalecimento das identidades coletivas.	Discussão em grupos, atividades coletivas de vivências práticas.



7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão de 70% das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.



9. CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Lucinao (et all). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito sociassistencial. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula. Brasília: Editora UnB, 2006.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)/Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. A Taxonomia de Objetivos Educacionais. Brasília: Editora UnB, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V. 1).



CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS.

2. PROJETO PEDAGÓGICO



APRESENTAÇÃO

A oferta do Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-lo de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante à política de assistência social, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos trabalhadores do SUAS, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A esta tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.



SUMÁRIO

Apresentação

1. Identificação do Curso

2. Justificativa

3. Objetivos

3.1. Geral

3.2. Específicos

4. Público

5. Perspectiva Didático-Pedagógica

5.1. Princípio da Educação Permanente

5.2. Desenvolvimento de Capacidades e Competências Sócio profissionais

5.3. Processos de Aprendizagem Significativa

6. Matriz Pedagógica

6.1. Objetivos da Aprendizagem

6.2. Conteúdos, Enfoques e Carga Horária

6.3. Atividades Pedagógicas

6.4. Quadro da Matriz Pedagógica

7. Recursos Pedagógicos

8. Avaliação da Aprendizagem

9. Certificação

10. Referências Bibliográficas



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta EAD (Moodle Versão 3.5)	Carga Horária 40 Horas

2. JUSTIFICATIVA

A oferta do Curso de Vigilância socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no patamar de atualização se justifica pelo fato de o momento atual do SUAS exigir do desempenho dessa função no processo de gestão, ao tempo em que estados e municípios se organizam para exercê-la de forma qualificada.

Vigilância Socioassistencial segundo dados do Censo SUAS 2013		
Status de implantação	Estados e DF	Municípios
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	30,8%	33,3%
Sim, de maneira informal	57,7%	36,0%
Não constituída	11,5%	30,7%
Total	100%	100%

O exercício da Vigilância Socioassistencial é previsto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) como uma referência fundamental na organização e funcionamento do SUAS. Produz os insumos necessários para a efetivação da universalidade do SUAS com qualidade, pois organiza e dissemina dados de monitoramento e avaliação que subsidiam as atividades de planejamento e execução da assistência social. Está diretamente vinculado à gestão e aos objetivos de construção dessa política pública enquanto dever do Estado e direito do cidadão, estabelecidos pela LOAS de 1993 e atualizada pela Lei 12.435/2011 (Lei do SUAS).

O artigo primeiro da NOB-SUAS 2012 institui a Vigilância Socioassistencial como uma das três funções da política de assistência social. Adiante, em seu artigo 87, ela especifica de quais informações a Vigilância Socioassistencial deve tratar. A Vigilância é responsável por



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

produzir, analisar, sistematizar e disseminar informações territorializadas sobre situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; e também informações sobre o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Pressupõe uma conexão com o mundo real da gestão da política de assistência social, visão de totalidade e um conhecimento profundo do território capaz de dar sentido aos dados. Envolve, por um lado, (re) conhecer os riscos sociais que se apresentam na dinâmica vivencial das famílias do território (e as barreiras de acesso a direitos) e auxiliar na antecipação da ação socioassistencial necessária para fazer frente a esses riscos. Por outro lado, envolve também (re) conhecer a oferta de serviços socioassistenciais e a forma como a rede opera; informações sobre a cobertura do atendimento e seus resultados a fim de elaborar indicadores e recomendações para a gestão que ajudem a qualificar a proteção social básica e a especial ofertadas nos territórios.

“Para cumprir seus objetivos a Vigilância Socioassistencial:

- produz e sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;
- monitora a incidência das situações de violência, negligência e maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- identifica a incidência de vítimas de apatiação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- monitora os padrões de qualidades dos serviços de Assistência Social, com especial atenção para aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários;
- analisa a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais, considerando o tipo, volume, qualidade e distribuição espacial dos mesmos;
- auxilia a identificação de potencialidades dos territórios e famílias neles residentes (BRASIL, 2013, p. 10).

Técnicos da função de gestão, gestores estaduais, distritais, municipais e coordenadores dos equipamentos da Assistência Social necessitam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para a Vigilância Socioassistencial balizados pelos princípios da



matricialidadesociofamiliar, territorialização, descentralização e participação democrática. A partir desses marcos devem trabalhar com dados e informações para produzir relatórios úteis para a prática. A própria gestão do SUAS e os serviços da proteção social básica e da especial são “clientes” da Vigilância Socioassistencial.

Nesse sentido, conforme documento de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, o “desenvolvimento de capacidades de planejamento e gestão torna-se crucial para o amadurecimento da assistência social como política pública setorial, à qual compete garantir ou mediar o acesso a direitos sociais específicos. Nesse contexto, os processos de produção, análise e utilização de informações ganham relevância na medida em que possibilitam qualificar a intervenção dos agentes públicos de forma que suas ações produzam processos e resultados mais condizentes com as expectativas e necessidades da população em geral e, em particular, dos segmentos sociais mais vulneráveis” (BRASIL, 2013, p. 7). As necessidades de desenvolvimento dessas capacidades no contexto de crescimento da demanda pelo desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial na PNAS justificam a oferta do curso objeto deste Projeto Pedagógico.

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

Desenvolver competências em gestores e técnicos da gestão estaduais, distritais e municipais para o desenvolvimento de atividades inerentes à função de Vigilância Socioassistencial em seus âmbitos de atuação.

3.2. ESPECÍFICOS

- (i) Familiarizar o público da capacitação com métodos, sistemas e softwares que apoiem a sistematização da informação;
- (ii) Fomentar a cultura da informação na tomada de decisões, planejamento, execução, monitoramento e avaliação no SUAS;
- (iii) Atualizar o público da capacitação quanto ao conhecimento e à compreensão dos principais marcos teóricos, objetivos, e conceitos da Vigilância Socioassistencial, em especial os de território, risco e vulnerabilidade;



- (iv) Qualificar os participantes no uso e gestão de sistemas de informação úteis para produção de diagnósticos socioterritoriais e temáticos sobre a demanda socioassistencial, a fim de subsidiar a Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades;
- (v) Qualificar os participantes no uso e gestão de sistemas de informação úteis para sistematização de dados sobre as condições de oferta e de operacionalização dos serviços, programas, projetos e entregas no âmbito do SUAS, a fim de subsidiar a Vigilância de Padrões e Serviços;
- (vi) Desenvolver capacidades técnicas para a produção de relatórios de monitoramento e avaliação dos serviços públicos socioassistenciais ofertados nas redes pública e privada de atendimento do SUAS (tipo, volume e qualidade), quanto de demandas por seguranças sociais (acolhida, convívio, e sobrevivência) e defesa de direitos;
- (vii) Qualificar os participantes para a elaboração de relatórios propositivos que auxiliem a gestão nas atividades de planejamento e execução, especialmente o diagnóstico socioterritorial e o monitoramento dos Planos de Ação da assistência social; e que apoiem a ação das equipes de CRAS e CREAS nos territórios, especialmente nas ações de busca ativa.

4. PÚBLICO

Gestores e técnicos de nível superior das secretarias de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Entende-se por Educação Permanente o processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade.



A ação de capacitação aqui planejada procura favorecer a perspectiva didático-pedagógica da Educação Permanente que é baseada em cinco pilares: a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais; o princípio da interdisciplinaridade; o princípio da aprendizagem significativa; o princípio da historicidade e o desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS.

5.1. PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por *educação permanente* o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo este mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O *princípio da educação permanente* não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução de problemas. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o *princípio da educação permanente* acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.



Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham na gestão do SUAS. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade dessa gestão passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O *princípio da educação permanente* também chama a atenção para o fato de que essa busca de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

5.2. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões técnica, ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação centrados no desenvolvimento de habilidades motoras repetitivas, cujo contexto e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo à qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao



significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo, de um lado, técnicos e gestores; e de outro, representações da sociedade civil, incluindo usuários e beneficiários dos serviços e benefícios socioassistenciais. Situação esta que impõe a necessidade da constante e permanente reflexão quanto à adequação dos processos de gestão e das práticas profissionais aos objetivos democráticos e participativos e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, não se trata do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas também de competências socioprofissionais, ou seja, envolve o desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo projeto pedagógico do curso aqui estruturado.

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme o quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	Û Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema; Û Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados com a sua implementação;
COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	Û Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços);
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	Û Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe, que resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo;



COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	Û Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização;
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	Û Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.

Sem prejuízo da merecida atenção ao desenvolvimento de competências individuais e das gerenciais, vale destacar a relevância que deve ser dada ao desenvolvimento das demais competências. No que se refere às competências institucionais, o Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS pretende propiciar aos conselheiros, além de uma visão mais abrangente acerca da configuração organizacional e do financiamento da política de assistência social, uma compreensão acerca das funções e instrumentos do controle social do SUAS e do Programa Bolsa Família. Por seu turno, as competências participativas ganham maior destaque na formação dos profissionais que atuam na gestão do SUAS na medida em que se acentua cada vez mais o caráter democrático da política de assistência social, requerendo articulações institucionais e com os mais diversos segmentos sociais em torno desta política pública. Por último, cabe ressaltar as competências coletivas, imprescindíveis aos membros dos Conselhos de Assistência Social.

Considerando que a melhoria na qualidade dessa gestão passa, necessariamente, pela estruturação de práticas profissionais e de processos de trabalho adequados, a ação pedagógica proposta deve estimular a busca pelos meios de efetivação desse objetivo. Contribuirá para isso a inserção dos alunos em processos de aprendizagem significativa.

5.3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Por aprendizagem significativa compreende-se o processo em que se busca, por meio da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando, a interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes. Por esta via o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais: a primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem; e a segunda se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação. Sentido de relevância que também possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associado à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.



Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: (i) as experiências de vida e de trabalho do capacitando; (ii) seus valores, conhecimentos e habilidades; e (iii) as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, mantendo-se o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos alunos, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho. Objetivo este que se encontra no cerne da educação permanente, sendo de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS, assim como do fortalecimento das instâncias e mecanismos de controle social.

6. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste Plano de Curso tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos instrucionais, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos instrucionais ou de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, o caráter pedagógico do curso.

6.1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. Na



perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- (i) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- (ii) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- (iii) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem, fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

6.2. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responder ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao seu respectivo enfoque e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

6.3. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS



Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades pedagógicas: **aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor e oficinas de aprendizagem.** A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos alunos. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc.) que permita aos alunos fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

Para este curso uma das atividades pedagógicas de relevo é a oficina em laboratório de informática que deve ocorrer durante 8 horas do curso, sendo necessário pelo menos um computador para cada dois capacitandos. O objetivo é explorar sistemas disponíveis na internet para a coleta e organização de dados secundários úteis ao trabalho da Vigilância Socioassistencial.

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.



6.4. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL					
MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	INTRODUÇÃO CONCEITUAL E ÀS NORMATIVAS	8h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	1. O que é Vigilância Socioassistencial 2. Marco Normativo – LOAS, PNAS, NOB, Tipificação dos Serviços Socioassistenciais 3. Organização da Vigilância no âmbito da gestão do SUAS: institucionalidade, infraestrutura, fluxos institucionais, e parcerias. 4. Apresentação das Macroatividades da Vigilância Socioassistencial	4h	Compreender o conceito de Vigilância Socioassistencial e localizar suas principais referências normativas. Compreender a Vigilância Social enquanto meio de produção, sistematização, análise e disseminação das informações territorializadas, voltadas para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.	Apresentar a Vigilância Socioassistencial como processo e produto do trabalho com informações sobre o território que são necessárias para subsidiar as atividades de planejamento e execução do Sistema Único de Assistência Social em direção à universalização do atendimento com qualidade. Desconstrução do sentido de perseguição e controle relacionado ao verbo vigiar.	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor
Unidade 2	1. Conceitos centrais para a Vigilância Socioassistencial: • Risco, vulnerabilidade e território; • Demandas e ofertas socioassistenciais;	4h	Compreender os conceitos centrais para a Vigilância Socioassistencial	Enfocar a multidimensionalidade das situações de risco e vulnerabilidade social. Enfocar a plasticidade do conceito de território de vivência. Enfocar a ação da vigilância baseada em indicadores de monitoramento e avaliação acerca	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor Oficina: Identificação de indicadores



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

	Gestão da informação, monitoramento, avaliação, e indicadores.			das situações de vulnerabilidade e risco e das ofertas do SUAS no intuito de produzir informação para a tomada de decisão.	pertinentes à Vigilância
MÓDULO II	MACROATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SOCIASSISTENCIAL	32h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	1. Organização, estruturação e padronização de informações: - Identificação das fontes de informação primárias e secundárias já existentes no município - Processos e fluxos de produção de informações no município - Identificação das “lacunas” de informação e das possíveis ações para aprimoramento dos processos de produção de informações	4h	Identificar as possíveis fontes de dados para Vigilância: primários e/ou secundários. Transformar o dado em informação útil para a tomada de decisão.	Estimular a pesquisa e a organização de dados para viabilizar a gestão direcionada à prevenção e não só a atenção à vitimização. Explorar o Registro Mensal de Atendimentos e Prontuário SUAS como forma de padronização da informação. Explorar a Tipificação como forma de padronização da proteção social do território.	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor Oficina de aprendizagem: Fontes de informação e produção de conhecimento
Unidade 2	1. Planejamento e Organização de ações de Busca Ativa, 2. Notificação de Violências e Violações de Direitos.	4h	Oferecer subsídios e informações para o planejamento de ações de busca ativa para: a) inclusão no Cadastro Único; b) acesso a benefícios; c) acesso a serviços.	Apontar para a gestão da informação que considere a diversidade de estratégias e a necessidade de atuação conjunta com as Proteções e com outras políticas.	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

			Compreender regulamentações, instrumentos e fluxos referentes a “Notificação de Violências e Violações de Direitos”.		Oficina: Preenchimento de relatório pré-estruturado para subsidiar as ações de Busca Ativa
Unidade 3	1. Gerenciamento e consulta de sistemas informacionais - Vigilância sobre riscos e vulnerabilidades das famílias no território: CECAD, IDV, RMA; - Vigilância sobre ofertas socioassistenciais e oportunidades no território: CadSUAS, CensoSUAS, SUASweb, entre outros. - Vigilância sobre aspectos de desenvolvimento social no território: Relatório de Informações Sociais (RI), e sistemas setoriais (SIDRA, DATASUS, Atlas do Desenvolvimento Humano).	8h	Explorar sistemas e estratégias para a coleta de dados secundários em diversos sistemas úteis ao trabalho da Vigilância.	Favorecer a absorção de caminhos para manipular e produzir bancos de dados em Excel, assim como produzir e interpretar tabelas e gráficos. Reforçar o caráter dinâmico e participativo que deve haver na produção e sistematização de dados assim como a visão ampliada e ajustável dos territórios balizada pela dimensão relacional.	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor Oficina de aprendizagem: Laboratório de informática (questionário com solicitação de coleta de dados disponíveis em bases on-line)
Unidade 4	1. Elaboração de diagnósticos e estudos Diagnóstico socioterritorial (com base em uma estrutura	8h	Reconhecer os elementos que compõem o desenho do diagnóstico socioterritorial Interpretar dados organizados sobre demanda e oferta	Problematizar a construção de diagnóstico socioterritorial a partir da perspectiva segundo a qual as vivências no território assumem características particulares	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

	sugerida), A Pesquisa Social para formulação e avaliação de políticas públicas.		socioassistencial no território Identificar temas e possibilidades metodológicas para Pesquisas Sociais que colaborem com a formulação e avaliação da política de Assistência Social.	(costumes, grupos sociais, razões da desproteção de acolhida, convívio e renda).	Oficina de aprendizagem: Finalização crítica de um diagnóstico socioterritorial (análise da adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços com base em relatórios previamente organizados)
Unidade 5	1. Monitoramento e Avaliação - Indicadores para monitoramento: de processos, produtos e resultados dos serviços socioassistenciais. - Avaliação dos Serviços: auto-avaliação, avaliação por usuários; avaliação pela Gestão	8h	Compreender a lógica de construção e as informações necessárias para realizar uma programação de monitoramento dos Serviços de caráter democrática e participativa. Produzir e estruturar indicadores de monitoramento e proceder ao registro deles em modelo de ficha descritiva.	Atenção para que as informações produzidas façam sentido para as áreas de gestão e provisão, ou seja, que ajudem na mensuração do alcance de metas e pactos assumidos com vistas à construção da isonomia do atendimento e efetivação de direitos sociais.	Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor Oficina de aprendizagem (Divisão em grupos para desenho de indicadores para um Plano de monitoramento dos serviços)



7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão de 70% das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.



9. CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARREGUI, Carola C. e KOGA, Dirce. *Vigilância socioassistencial: garantia do caráter público da política de assistência social*. Pontífica Universidade Católica de São Paulo PUC SP. Brasília, 2013.

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Luciano (et ali). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

Esteves de Vasconcelos MJ. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Papirus: Campinas; 2003.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antônio. A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula. Brasília: Editora UnB, 2006.

Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial, Departamento de Gestão do SUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2013.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PLANOS DE ASSISTENCIA SOCIAL: diretrizes para elaboração / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008, 120 p.

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) /Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

CURSO DE INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DO SUAS

3. PROJETO PEDAGÓGICO



APRESENTAÇÃO

A oferta do Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-lo de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante à política de assistência social, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos conselheiros da Assistência Social, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A esta tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.



SUMÁRIO

Apresentação

1. Identificação do Curso

2. Justificativa

3. Objetivos

3.1. Geral

3.2. Específicos

4. Público

5. Perspectiva Didático-Pedagógica

5.1. Princípio da Educação Permanente

5.2. Desenvolvimento de Capacidades e Competências Sócio profissionais

5.3. Processos de Aprendizagem Significativ.

6. Matriz Pedagógica

6.1. Objetivos da Aprendizagem

6.2. Conteúdos, Enfoques e Carga Horária

6.3. Atividades Pedagógicas

6.4. Quadro da Matriz Pedagógica

7. Recursos Pedagógicos

8. Avaliação da Aprendizagem

9. Certificação

10. Referências Bibliográficas



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DO SUAS	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta EAD (Moodle Versão 3.5)	Carga Horária 40 Horas

2. JUSTIFICATIVA

Desde a Constituição Federal de 1988, o controle social tem ocupado lugar destacado na gestão da política de assistência social. A Carta Magna, em seu art. 204, estabelece como diretrizes a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações de assistência social em todos os níveis administrativos.

Na perspectiva de dar concretude ao preceito constitucional do controle social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) — Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — que regulamenta esta política, instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como os conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal como instâncias deliberativas do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Em síntese, cabe aos Conselhos apreciar, aprovar, acompanhar e fiscalizar a política de assistência social, responsabilidades que tornam essas instâncias fundamentais e decisivas na implementação e consolidação do SUAS, assegurando, tal como previsto em lei, a efetividade da participação popular na construção e fiscalização dessa política pública.

Evidência do protagonismo dos conselhos é a necessidade do seu posicionamento para que o fluxo de recursos financeiros ocorra em suas respectivas jurisdições. No modelo de gestão do SUAS — em que há o cofinanciamento das ações e gestão compartilhada entre a União, Estados, DF e municípios — a transferência de recursos federais só poderá ocorrer mediante aprovação do Conselho sobre a proposta orçamentária do órgão gestor para a área, assim como, também, da aprovação do Relatório Anual de Gestão do exercício anterior (LOAS, artigos 30 e 30-C).



Por outro lado, as entidades e organizações de assistência social só passam a integrar a rede socioassistencial após inscrição nos respectivos conselhos de assistência social, que, com base na fiscalização e controle social exercido sobre as ações de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, por elas desenvolvidas, decidem também sobre sua permanência no sistema (LOAS, art. 9º).

Por fim, é importante ressaltar a natureza predominantemente política dos Conselhos de Assistência Social, espaço privilegiado para que a participação popular e o controle social sejam materializados. Dessa forma, para se afirmar como porta-vozes do conjunto dos usuários, dos trabalhadores do SUAS e das entidades e organizações de assistência social no processo de construção e execução da política de assistência social, cabe aos conselhos o papel de mobilização social e de articulação institucional, visando, entre outras ações: prestar informação aos usuários e incrementar a participação popular; a organização de conferências; a articulação com outros conselhos setoriais e de defesa de direitos; e o acompanhamento das decisões das instâncias de pactuação do SUAS.

Conforme expresso na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), os conselhos, no exercício de suas atribuições, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS, prestados pela rede socioassistencial.

Assim, pela variedade e importância das funções e atribuições que os conselhos desempenha, bem como pelo papel estruturante que desempenham no processo de implementação da política de assistência social e do SUAS, a oferta deste curso de Introdução ao Exercício do Controle Social, no âmbito do Programa CapacitaSUAS, encontra-se justificado.

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

Capacitar conselheiros municipais, estaduais e do Distrito Federal e trabalhadores do SUAS, que exercem a função de apoio ao exercício do controle social, dotando-os dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício do controle social, qualificando a sua atuação política e institucional e contribuindo para o protagonismo dos conselhos no desenvolvimento da política de assistência social.

3.2. ESPECÍFICOS



- () Desenvolver a compreensão no tocante à trajetória histórica da assistência social no Brasil e a consciência em relação às principais conquistas históricas dessa política pública nas últimas décadas;
- (i) Realizar nivelamento acerca da atual configuração organizacional do SUAS, da sua estrutura de financiamento e dos seus principais instrumentos de gestão e controle social;
- (ii) Realizar nivelamento acerca da atual configuração organizacional do Programa Auxílio Brasil;
- (iii) Desenvolver a compreensão sobre as atribuições e responsabilidades dos conselhos de assistência social;
- (iv) Qualificar os participantes para a utilização das Matrizes de Fiscalização e Formulários de Registro de Falhas e Irregularidades, elaboradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2013) como material de orientação das atividades de fiscalização dos conselhos de assistência social.

4. PÚBLICO

Conselheiros municipais, estaduais e do Distrito Federal de assistência social e trabalhadores do SUAS que exercem a função de apoio ao exercício do controle social.

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O planejamento do Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS orientou-se por uma perspectiva didático-pedagógica, em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, baseada em três pilares: o *princípio da educação permanente*; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem significativa.

5.1. PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por *educação permanente* o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo este mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.



O *princípio da educação permanente* não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução de problemas. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o *princípio da educação permanente* acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham na gestão do SUAS. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade dessa gestão passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O *princípio da educação permanente* também chama a atenção para o fato de que essa busca de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem



de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

5.2. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS SOCIO PROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões técnica, ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação centrados no desenvolvimento de habilidades motoras repetitivas, cujo contexto e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo à qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo, de um lado, técnicos e gestores; e de outro, representações da sociedade civil, incluindo usuários e beneficiários dos serviços e benefícios socioassistenciais. Situação esta que impõe a necessidade da constante e permanente reflexão quanto à adequação dos processos de gestão e das práticas profissionais aos objetivos democráticos e participativos e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, não se trata do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas também de competências socioprofissionais, ou seja, envolve o desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo projeto pedagógico do curso aqui estruturado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme o quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	ü Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema; ü Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados com a sua implementação;
COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	ü Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços);
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	ü Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe, que resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo;
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	ü Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização;
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	ü Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.

Sem prejuízo da merecida atenção ao desenvolvimento de competências individuais e das gerenciais, vale destacar a relevância que deve ser dada ao desenvolvimento das demais competências. No que se refere às competências institucionais, o Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS pretende propiciar aos conselheiros, além de uma visão mais abrangente acerca da configuração organizacional e do financiamento da política de assistência social, uma compreensão acerca das funções e instrumentos do controle social do SUAS e do Programa Bolsa Família. Por seu turno, as competências participativas ganham maior destaque na formação dos profissionais que atuam na gestão do SUAS na medida em que se acentua cada vez mais o caráter democrático da política de assistência social, requerendo articulações institucionais e com os mais diversos segmentos sociais em torno desta política pública. Por último, cabe ressaltar as competências coletivas, imprescindíveis aos membros dos Conselhos de Assistência Social.



Considerando que a melhoria na qualidade dessa gestão passa, necessariamente, pela estruturação de práticas profissionais e de processos de trabalho adequados, a ação pedagógica proposta deve estimular a busca pelos meios de efetivação desse objetivo. Contribuirá para isso a inserção dos alunos em processos de aprendizagem significativa.

5.3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Por aprendizagem significativa compreende-se o processo em que se busca, por meio da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando, a interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes. Por esta via o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais: a primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem; e a segunda se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação. Sentido de relevância que também possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associado à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: (i) as experiências de vida e de trabalho do capacitando; (ii) seus valores, conhecimentos e habilidades; e (iii) as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, mantendo-se o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos alunos, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho. Objetivo este que se encontra no cerne da educação permanente, sendo de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS, assim como do fortalecimento das instâncias e mecanismos de controle social.



6. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste Plano de Curso tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos:

- a) os conteúdos instrucionais, organizados por módulo;
- b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo;
- c) os objetivos instrucionais ou de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo;
- d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e
- e) as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho pedagógico a serem desenvolvidos a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, o caráter pedagógico do curso.

6.1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS. Na perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- (i) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- (ii) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- (iii) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem,



fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

6.2. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos conselheiros e trabalhadores do SUAS, que exercem a função de apoio ao exercício do controle social. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responderem ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere ao seu respectivo enfoque e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

6.3. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades pedagógicas: **aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor e oficinas de aprendizagem**. A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos capacitandos. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc.) que permita aos capacitandos fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.



6.4. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO DE INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL					
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRI A	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	A configuração organizacional e o financiamento da política de assistência social	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	A Trajetória histórica da política de assistência social no Brasil.	02h	Compreender a construção da assistência social no Brasil, especialmente a partir dos avanços normativos inaugurados pela Constituição Federal de 1988, como processo de afirmação do direito socioassistencial no âmbito da seguridade social, em ruptura com a hegemonia da caridade e da benemerência no campo da assistência social.	• O caráter da ruptura promovida pela Constituição de 1988 e pela LOAS/1993 no campo da assistência social; • O significado da inovação histórica de operacionalização da política de assistência social por meio de um sistema único, descentralizado, participativo, com financiamento regular, sob controle social.	• Vídeo: “A História da Assistência Social no Brasil”; • Debate orientado sobre o conteúdo do vídeo.
Unidade 2	<i>As bases de organização do SUAS:</i> a) <i>Eixos estruturantes:</i> • Descentralização político-administrativa; • Participação e Controle Social; • Matricialidade Sociofamiliar; • Território como base de	04h	• Identificar os eixos estruturantes do SUAS; • Compreender a arquitetura organizacional do SUAS; • Identificar as funções desempenhadas pelas diferentes instâncias e equipamentos do	• Abordar os eixos estruturantes, as seguranças, proteções, serviços, benefícios e transferência de renda providos pela assistência social enfocando a relação sistêmica existente entre essas diferentes dimensões do SUAS;	• Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

	organização dos serviços; • Rede socioassistencial; • Vigilância Socioassistencial; • Intersetorialidade; b) <i>As seguranças afiançadas;</i> c) <i>As Proteções Sociais Básica e Especial: serviços socioassistenciais tipificados e equipamentos de referência;</i> d) Benefícios Socioassistenciais: • Benefício de Prestação Continuada (BPC); • Benefícios Eventuais; e) Transferência de Renda com Condiionalidades: Programa Auxílio Brasil.	SUAS; • Compreender a função da rede socioassistencial; • Compreender o processo de inscrição de entidades e organizações da assistência social no SUAS (Res. CNAS Nº 16); • Descrever os diferentes serviços, benefícios e transferência de renda ofertados pelo SUAS, seus públicos e objetivos; • Identificar situações de riscos e vulnerabilidades sociais e pessoais que demandam proteção socioassistencial.	• Abordar as entregas que o SUAS disponibiliza à população por meio dos tipos específicos de seguranças afiançadas e proteções sociais, dos serviços tipificados e dos benefícios e transferência de renda; • Abordar os serviços, benefícios e transferência de renda enquanto ofertas públicas estruturadas e direcionadas para o enfrentamento de tipos determinados de situações de riscos e vulnerabilidades sociais.	
--	---	---	---	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I (cont...)	A configuração organizacional e o financiamento da política de assistência social	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 3	a) O financiamento da assistência social no orçamento público (PPA, LDO, LOA); b) Atribuições e responsabilidades dos entes federativos no financiamento do SUAS: - Níveis de gestão dos entes federativos apurados por meio do ID SUAS; - Organização do financiamento em pisos de proteção social e blocos de financiamento; - Metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS; c) Fundos de assistência social: - Características; - Reprogramação de saldos; - IGD SUAS.	04	- Descrever o processo de financiamento do SUAS; - Discriminar as responsabilidades dos diferentes entes federativos no cofinanciamento do SUAS; - Compreender como e em qual instância do SUAS são pactuados os critérios de partilha dos recursos da União destinado aos entes federados para o cofinanciamento do SUAS; - Compreender e problematizar o papel do controle social na fiscalização dos Fundos de assistência social; - Identificar as diferentes possibilidades de utilização do IGD SUAS e o acompanhamento e fiscalização do controle social.	- Evidenciar as responsabilidades dos entes federativos no cofinanciamento do SUAS e a forma de concretização dessas responsabilidades na definição das prioridades e metas do PPA e na alocação de recursos na peça orçamentária; - Evidenciar o caráter republicano, transparente, pactuado e deliberado no processo de definição da partilha de recursos do cofinanciamento das ações socioassistenciais; - Afirmar a importância do cofinanciamento do SUAS por meio dos Fundos de Assistência Social como forma de garantir o comando único das ações socioassistenciais e permitir o controle social.	Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

			ü		
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁR IA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I (cont...)	A configuração organizacional e o financiamento da política de assistência social	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 4	Transferência de Renda com Condicionalidades: o Programa Auxílio	04h	ü Descrever os critérios de acesso ao PBF;	ü Auxílio Brasil como um programa de transferência	ü Vídeo-aulas SENARC: “Auxílio



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

	Brasil: • Cadastro Único; • Critérios de acesso; • IGD Auxílio Brasil; • Gestão e acompanhamento de condicionalidades.		• Compreender o processo de acompanhamento de condicionalidades; • Compreender os processos de registro, atualização e ajustes do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); • Compreender os processos relacionados à gestão integrada dos serviços, benefícios e transferência de renda ofertados pelo SUAS.	condicionada de renda integrado às proteções sociais operadas pelo SUAS, na medida em que prover, aos que dela necessitam, sem deles exigir qualquer contribuição financeira, um dos tipos de segurança (segurança de renda) que se encontra no âmbito das responsabilidades protetivas específicas da assistência social; • Destaque para o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda.	Brasil e Cadastro Único – Capacitação de Gestores e Técnico”; • Debate orientado sobre o conteúdo das vídeo-aulas
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁR IA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO II	Funções e instrumentos do controle social do SUAS e do Programa Auxílio Brasil	8h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Unidade 1	a) Papel do controle social no sistema de controle de recursos públicos da administração pública brasileira; b) Atribuições e funções dos órgãos de controle interno e externo; c) Atribuições dos conselhos de assistência social e sua interface com os conselhos setoriais e de defesa de direitos; Fortalecimento institucional dos Conselhos de Assistência Social: • Lei de criação e regimento interno; • Processo de eleição e participação da Sociedade Civil; • Secretaria executiva; • Organização e gestão da informação; • Incentivos IGD-SUAS e IGD-PBF.	05h	ü Compreender as funções e atribuições dos órgãos de controle interno e externo da administração pública (CGU, TCU, MP) e sua relação com a prática do controle social na assistência social; ü Identificar responsabilidades específicas de controle social dos conselhos de cada esfera federativa; ü Compreender a importância da atualização da lei de criação e regimento interno dos CAS em consonância às normativas vigentes do SUAS.	ü As atribuições do controle social e a importância do seu correto exercício para o cumprimento das condições garantidoras dos repasses fundo a fundo e dos repasses às entidades e organizações da AS, bem como para a efetividade desses repasses; ü Os meios e mecanismos de fortalecimento institucional dos conselhos; ü Relação com conselhos setoriais, órgãos de controle e Ministério Público;	ü Aulas expositivas, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor; ü Oficina de aprendizagem: "Diagnóstico sobre a estruturação dos conselhos e o exercício das atribuições de controle social".
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO II	Funções e instrumentos do controle social do SUAS e do Programa Auxílio Brasil	8h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Unidade 2	Instrumentos essenciais ao exercício do controle social do SUAS e do PBF: • Plano Municipal de Assistência Social, • Relatório Anual de Gestão; • Sistemas Informacionais (especialmente o Relatório de Informações Sociais); • Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira (SUASweb).	03h	ü Identificar os instrumentos de gestão e as ferramentas informacionais que registram informações essenciais ao exercício das atribuições de controle social do SUAS e do PBF; ü Compreender a função e identificar o tipo de informação encontrada em cada um dos instrumentos de gestão e em cada uma das ferramentas informacionais que registram informações essenciais ao exercício das atribuições de controle social do SUAS e do PBF	ü Apresentar os instrumentos essenciais ao exercício do controle social do SUAS e do PBF, colocando os capacitandos indicando as funções e os tipos de informação registradas em cada uma delas, bem como as formas e meios de acessá-las.	ü Aula expositiva, Sala de diálogos entre trabalhadores e professor.
-------------------------	--	------------	--	---	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRI A	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO III	O Exercício do controle social do SUAS e do Programa Auxílio Brasil	18h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	O exercício do controle social dos planos e dos orçamentos da assistência social;	06h	Utilizar a Matriz de Acompanhamento do FMAS, elaborada pelo TCU, como ferramenta de exercício do controle social.	Exercício prático, em grupo: <u>Passo 1</u> Colocado frente a extratos selecionados do relatório de execução orçamentária de um município qualquer, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), elaborada pelo TCU; <u>Passo 2</u>	Oficina de Aprendizagem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

				Ao cotejar as informações colhidas por meio da Matriz de Acompanhamento do FMAS com informações contidas em extratos selecionados do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de um município qualquer, o capacitando deve formular conclusões sobre a execução de ações previstas no PMAS. <u>Passo 3</u> Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.	
Unidade 2	O exercício do controle social dos serviços executados nos CRAS, CREAS, Centros POP e Unidades de Acolhimento Institucional.	04h	ü Utilizar a Matriz de Acompanhamento de CRAS, CREAS e Centro Pop, elaborada pelo TCU, como ferramenta de exercício do controle social.	ü Exercício prático, em grupo: <u>Passo 1</u> Colocado frente a um caso fictício do qual conste descrição da estrutura de um equipamento de assistência social (CRAS, CREAS ou Centro Pop) e da oferta de serviços e ações desenvolvidas	ü Oficina de Aprendizagem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

				nesse equipamento, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento elaborada pelo TCU; <u>Passo 2</u> Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.	
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRI A	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO III	O Exercício do controle social	18h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 3	O exercício do controle social das entidades e organizações de assistência social.	04h	Utilizar a Matriz de Acompanhamento das Entidades de Assistência Social, elaborada pelo TCU, como ferramenta de exercício do controle social.	Exercício prático, em grupo: <u>Passo 1</u> Colocado frente a um caso fictício do qual conste descrição da estrutura de uma entidade ou organização de assistência social e da oferta de serviços e ações desenvolvidas por ela, o	Oficina de Aprendizagem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

				capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento das Entidades de Assistência Social, elaborada pelo TCU; <u>Passo 2</u> Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.	
Unidade 4	O exercício do controle social do Programa Auxílio Brasil.	04h		ü Exercício prático, em grupo: <u>Passo 1</u> Colocado frente a um caso fictício do qual conste informações sobre o processo de gestão do PBF, ocorrência de famílias pobres sem acesso a renda, perfil dos beneficiários do programa etc, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento das Entidades de Assistência Social, elaborada pelo TCU;	ü Oficina de Aprendizagem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

				<u>Passo 2</u> Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.	
--	--	--	--	---	--



7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão de 70% das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.

9. CERTIFICAÇÃO



A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Luciano (et ali). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CAPACITAÇÃO PARA CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS: Assistência Social e Programa Bolsa Família. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS, Brasília, 2011.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

Esteves de Vasconcelos MJ. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Papirus: Campinas; 2003.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antônio. A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula. Brasília: Editora UnB, 2006.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) /Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) /Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/Resolução CNAS, nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. A Taxonomia de Objetivos Educacionais. Brasília: Editora UnB, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Orientações para conselhos de assistência social. 3ª edição Brasília: TCU, Secretaria Geral de Controle Externo, 2013.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V. 1).



ANEXO II

TABELAS COM OS QUANTITATIVOS DE CURSISTA POR PÓLO E MUNICÍPIOS

1. TABELAS DO QUANTITATIVO DE VAGAS POR POLO

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Polo 1 - CHAPECÓ	180	225	90	45	540

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 2 - JOAÇABA	224	182	110	55	571

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 3- MAFRA	76	61	28	14	179

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 4 - JOINVILLE	188	159	50	25	422

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 5- RIO DO SUL	227	133	84	42	486



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 6 - PALHOÇA	148	116	40	20	324

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 7 - LAGES	100	67	36	18	221

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 8 - CRICIUMA	219	176	90	45	530

	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	TOTAL DE VAGAS
Pólo 9 - SÃO MIGUEL D'OESTE	124	62	62	31	279

Total Geral nos 9 pólos	1486	1181	590	295	3.552
Vagas para Gestão Estadual					34
Vagas para Secretaria Executiva					1
Vagas para Conselheiros Estaduais Governamental e Sociedade Civil					36
Vagas para Membros Titulares e Suplentes do NUEPSUASSC					24
Total vagas trabalhadores complementares					86

TOTAL GERAL DE VAGAS	(3552+86)				3.647
-----------------------------	------------------	--	--	--	--------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

2. TABELA POLO DE CHAPECÓ

Município	Macrorregião	Região	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Control e Social	Curso Vigilância	Total por Município
ABELARDO LUZ	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
ÁGUAS DE CHAPECÓ	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
ÁGUAS FRIAS	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
BOM JESUS	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
CAIBI	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
CAXAMBU DO SUL	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
CHAPECÓ	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
CORDILHEIRA ALTA	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
CORONEL FREITAS	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
CORONEL MARTINS	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
CUNHA PORÃ	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
CUNHATAÍ	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
ENTRE RIOS	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
FAXINAL DOS GUEDES	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
FORMOSA DO SUL	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
GALVÃO	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
GUATAMBÚ	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
IPUAÇU	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
IRATI	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
JARDINÓPOLIS	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
JUPIÁ	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
LAJEADO GRANDE	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

MAREMA	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
MODELO	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
NOVA ERECHIM	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
NOVA ITABERABA	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
NOVO HORIZONTE	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
OURO VERDE	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
PALMITOS	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
PASSOS MAIA	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
PINHALZINHO	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
PLANALTO ALEGRE	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
PONTE SERRADA	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
QUILOMBO	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
SANTIAGO DO SUL	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
SÃO CARLOS	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
SÃO DOMINGOS	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
SÃO LOURENÇO DO OESTE	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
SAUDADES	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
SERRA ALTA	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
SUL BRASIL	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
UNIÃO DO OESTE	Grande Oeste	Oeste	4	5	2	2	13
VARGEÃO	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
XANXERÊ	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
XAXIM	Grande Oeste	Xanxerê	4	5	2	2	13
TOTAL DE MUNICÍPIOS		76					



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

TOTAL DE ALUNOS	180	225	90	90	585
------------------------	------------	------------	-----------	-----------	------------

3. POLO JOAÇABA

Município	Macrorregião	Região	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
ABDON BATISTA	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
ÁGUA DOCE	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
ALTO BELA VISTA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
ANITA GARIBALDI	Meio Oeste	Meio Oeste	4	3	2	2	11
ARABUTÃ	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
ARROIO TRINTA	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
ARVOREDO	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
BRUNÓPOLIS	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
CAÇADOR	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	9	10	2	2	23
CALMON	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	5	2	2	13
CAMPOS NOVOS	Meio Oeste	Meio Oeste	4	7	2	2	15
CAPINZAL	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	6	2	2	14
CATANDUVAS	Meio Oeste	Meio Oeste	4	6	2	2	14
CELSO RAMOS	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
CONCÓRDIA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	9	7	2	2	20
CURITIBANOS	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	6	2	2	14
ERVAL VELHO	Meio Oeste	Meio Oeste	4	5	2	2	13
FRAIBURG O	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	7	2	2	15
FREI ROGÉRIO	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

HERVAL DOESTE	Meio Oeste	Meio Oeste	4	6	2	2	14
IBIAM	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
IBICARÉ	Meio Oeste	Meio Oeste	1	2	2	2	7
IOMERÊ	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	1	2	2	2	7
IPIRA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
IPUMIRIM	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
IRANI	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	6	2	2	14
ITÁ	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	3	2	2	11
JABORÁ	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
JOAÇABA	Meio Oeste	Meio Oeste	4	6	2	2	14
LACERDÓPOLIS	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
LEBON RÉGIS	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	3	2	2	11
LINDÓIA DO SUL	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	3	2	2	11
LUZERNA	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
MACIEIRA	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
MONTE CARLO	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	3	2	2	11
OURO	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
PAIAL	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
PERITIBA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	3	2	2	11
PINHEIRO PRETO	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
PIRATUBA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
PONTE ALTA DO NORTE	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	3	2	2	11
RIO DAS ANTAS	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
SALTO VELOSO	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

SANTA CECÍLIA	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	3	2	2	11
SÃO CRISTOVÃO DO SUL	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	2	2	2	10
SEARA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	6	2	2	14
TANGARÁ	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	3	2	2	11
TIMBÓ GRANDE	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	4	3	2	2	11
TREZE TÍLIAS	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
VARGEM	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
VARGEM BONITA	Meio Oeste	Meio Oeste	4	2	2	2	10
VIDEIRA	Meio Oeste	Alto Vale do Rio do Peixe	7	7	2	2	18
XAVANTINA	Meio Oeste	Alto Uruguai Catarinense	4	2	2	2	10
ZORTÉA	Meio Oeste	Meio Oeste	1	2	2	2	7
TOTAL DE MUNICÍPIOS		54					
TOTAL DE ALUNOS			224	182	110	110	626

4. POLO MAFRA

Município	Macrorregião	Região	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
BELA VISTA DO TOLDO	Planalto Norte	Planalto Norte	4	2	2	2	10
CAMPO ALEGRE	Planalto Norte	Planalto Norte	4	3	2	2	11
CANOINHAS	Planalto Norte	Planalto Norte	12	8	2	2	24
IRINEÓPOLIS	Planalto Norte	Planalto Norte	4	2	2	2	10
ITAIÓPOLIS	Planalto Norte	Planalto Norte	4	2	2	2	10
MAFRA	Planalto Norte	Planalto Norte	4	8	2	2	16
MAJOR VIEIRA	Planalto Norte	Planalto Norte	4	2	2	2	10



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

MATOS COSTA	Planalto Norte	Planalto Norte	4	2	2	2	10
MONTE CASTELO	Planalto Norte	Planalto Norte	4	6	2	2	14
PAPANDUVA	Planalto Norte	Planalto Norte	4	3	2	2	11
PORTO UNIÃO	Planalto Norte	Planalto Norte	8	6	2	2	18
RIO NEGRINHO	Planalto Norte	Planalto Norte	4	6	2	2	14
SÃO BENTO DO SUL	Planalto Norte	Planalto Norte	12	8	2	2	24
TRÊS BARRAS	Planalto Norte	Planalto Norte	4	3	2	2	11
TOTAL DE MUNICÍPIOS		14					
TOTAL DE ALUNOS			76	61	28	28	193

7. POLO JOINVILLE

Município	Macrorregião	Região	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
ARAQUARI	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	8	6	2	2	18
BALNEÁRIO BARRA DO SUL	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	2	2	2	10
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	12	9	2	2	25
BALNEÁRIO PIÇARRAS	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	3	2	2	11
BARRA VELHA	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	6	2	2	14
BOMBINHAS	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	2	2	2	10
CAMBORIÚ	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	8	2	2	16
CORUPÁ	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	3	2	2	11



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

GARUVA	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	6	2	2	14
GASPAR	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	12	8	2	2	24
GUARAMIRIM	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	8	6	2	2	18
ILHOTA	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	2	2	2	10
ITAJAÍ	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	16	13	2	2	33
ITAPEMA	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	6	2	2	14
ITAPOÁ	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	3	2	2	11
JARAGUÁ DO SUL	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	24	12	2	2	40
JOINVILLE	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	24	25	2	2	53
LUIZ ALVES	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	2	2	2	10
MASSARANDUBA	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	2	2	2	10
NAVEGANTES	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	6	2	2	14
PENHA	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	6	2	2	14
PORTO BELO	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Foz do Rio Itajaí	4	5	2	2	13
SÃO FRANCISCO DO SUL	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	16	11	2	2	31
SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	2	2	2	10
SCHROEDER	Foz do Rio Itajaí Nordeste	Nordeste	4	5	2	2	13



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

TOTAL DE MUNICÍPIOS	25					
TOTAL DE ALUNOS		188	159	50	50	447

8. POLO RIO DO SUL

Município	Macrorregião	Região	Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
AGROLÂNDIA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
AGRÔNÔMICA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
APIÚNA	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
ASCURRA	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	3	2	2	11
ATALANTA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
AURORA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
BENEDITO NOVO	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	5	2	2	13
BLUMENAU	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	29	6	2	2	39
BOTUVERÁ	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
BRAÇO DO TROMBUDO	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	8	2	2	16
BRUSQUE	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	9	8	2	2	21
CHAPADÃO DO LAGEADO	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
DONA EMMA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
DOUTOR PEDRINHO	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
GUABIRUBA	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
IBIRAMA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
IMBUIA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
INDAIAL	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	17	7	2	2	28
ITUPORANGA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	5	5	2	2	14



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

JOSÉ BOITEUX	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
LAURENTINO	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
LEOBERTO LEAL	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
LONTRAS	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	5	2	2	13
MIRIM DOCE	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
PETROLÂNDIA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
POMERODE	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	5	5	2	2	14
POUSO REDONDO	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
PRESIDENTE GETÚLIO	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	3	2	2	11
PRESIDENTE NEREU	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
RIO DO CAMPO	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
RIO DO OESTE	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	3	2	2	11
RIO DO SUL	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	17	8	2	2	29
RIO DOS CEDROS	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
RODEIO	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	4	3	2	2	11
SALETE	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
SANTA TEREZINHA	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
TAIÓ	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	3	2	2	11
TIMBÓ	Vale do Itajaí	Médio Vale do Itajaí	5	6	2	2	15
TROMBUDO CENTRAL	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
VIDAL RAMOS	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	3	2	2	11
VITOR MEIRELES	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
WITMARSUM	Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	4	2	2	2	10
TOTAL DE MUNICÍPIOS		43					
TOTAL DE ALUNOS			227	133	84	84	528

**ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA**9. POLO PALHOÇA**

Macrorregião da Grande Florianópolis - POLO 06			Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
Município	Macrorregião	Região					
ÁGUAS MORNAS	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3	2	2	2	9
ANGELINA	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	2	2	2	11
ANITÁPOLIS	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3	2	2	2	9
ANTÔNIO CARLOS	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3	2	2	2	9
BIGUAÇU	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	7	2	2	16
CANELINHA	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	3	2	2	12
FLORIANÓPOLIS	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	41	28	2	2	73
GAROPABA	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	5	2	2	14
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	2	2	2	11
MAJOR GERCINO	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	2	2	2	11
NOVA TRENTO	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	2	2	2	11
PALHOÇA	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	17	16	2	2	37
PAULO LOPES	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	2	2	2	11
RANCHO QUEIMADO	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3	2	2	2	9
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	5	2	2	14
SÃO BONIFÁCIO	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3	2	2	2	9
SÃO JOÃO BATISTA	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	6	2	2	15



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

SÃO JOSÉ	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	17	17	2	2	38
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3	2	2	2	9
TIJUCAS	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	5	7	2	2	16
TOTAL DE MUNICÍPIOS		20					
TOTAL DE ALUNOS			148	116	40	40	344

10. POLO LAGES

Macrorregião da Serra Catarinense – POLO 07			Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
ALFREDO WAGNER	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
BOCAINA DO SUL	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	3	2	2	11
BOM JARDIM DA SERRA	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
BOM RETIRO	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
CAMPO BELO DO SUL	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	3	2	2	11
CAPÃO ALTO	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
CERRO NEGRO	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
CORREIA PINTO	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	7	2	2	15
LAGES	Serra Catarinense	Serra Catarinense	32	20	2	2	56
OTACÍLIO COSTA	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	3	2	2	11
PAINEL	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
PALMEIRA	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
PONTE ALTA	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
RIO RUFINO	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
SÃO JOAQUIM	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	6	2	2	14
SÃO JOSÉ	Serra	Serra	4	2	2	2	10



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

DO CERRITO	Catarinense	Catarinense					
URUBICI	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	3	2	2	11
URUPEMA	Serra Catarinense	Serra Catarinense	4	2	2	2	10
TOTAL DE MUNICÍPIOS		18					
TOTAL DE ALUNOS			100	67	36	36	239

11. POLO CRICIÚMA

Macrorregião do Sul – POLO 08			Curso Proteção Social Básica	Curso Proteção Social Especial	Controle Social	Curso Vigilância	Total por Município
Município	Macrorregião	Região					
ARARANGUÁ	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	9	2	2	17
ARMAZÉM	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
BALNEÁRIO GAIVOTA	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
BALNEÁRIO RINCÃO	Sul	Carbonífera	4	5	2	2	13
BRAÇO DO NORTE	Sul	Laguna	4	6	2	2	14
CAPIVARI DE BAIXO	Sul	Laguna	4	6	2	2	14
COCAL DO SUL	Sul	Carbonífera	4	5	2	2	13
CRICIÚMA	Sul	Carbonífera	24	11	2	2	39
ERMO	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
FORQUILHINHA	Sul	Carbonífera	4	6	2	2	14
GRÃO PARÁ	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
IÇARA	Sul	Carbonífera	9	6	2	2	19
GRAVATAL	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
IMARUÍ	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
IMBITUBA	Sul	Laguna	4	7	2	2	15
JACINTO MACHADO	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

JAGUARUNA	Sul	Laguna	4	4	2	2	12
LAGUNA	Sul	Laguna	9	7	2	2	20
LAURO MULLER	Sul	Carbonífera	4	5	2	2	13
MARACAJÁ	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	4	2	2	12
MELEIRO	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
MORRO DA FUMAÇA	Sul	Carbonífera	4	5	2	2	13
MORRO GRANDE	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
NOVA VENEZA	Sul	Carbonífera	4	2	2	2	10
ORLEANS	Sul	Carbonífera	4	5	2	2	13
PASSO DE TORRES	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
PEDRAS GRANDES	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
PESCARIA BRAVA	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
PRAIA GRANDE	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
RIO FORTUNA	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
SANGÃO	Sul	Laguna	4	3	2	2	11
SANTA ROSA DE LIMA	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
SANTA ROSA DO SUL	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
SÃO JOÃO DO SUL	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
SÃO LUDGERO	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
SÃO MARTINHO	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
SIDERÓPOLIS	Sul	Carbonífera	4	5	2	2	13
SOMBRIO	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	7	2	2	15
TIMBÉ DO SUL	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	2	2	2	10
TREVISÓ	Sul	Carbonífera	4	2	2	2	10



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

TREZE DE MAIO	Sul	Laguna	4	2	2	2	10
TUBARÃO	Sul	Laguna	13	13	2	2	30
TURVO	Sul	Extremo Sul Catarinense	4	3	2	2	11
URUSSANGA	Sul	Carbonífera	4	6	2	2	14
TOTAL DE MUNICÍPIOS		44					
TOTAL DE ALUNOS			219	176	90	90	575



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA

Anexo III

Nome da empresa:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

ORÇAMENTO

**REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

CNPJ: 05.509.770/0001-88

Quant	Unid	Objeto	Equipe Mínima	Valor Unitario	Valor Total
		Primeiro objeto será inscrição e matriculos dos alunos, controle de frequencia, relatorios conforme Termo de Referencia, por aluno, curso e municipio. Fornecer material para os alunos: manual de orientação ao alunos sobre o curso, como vai funcionar e regras, frequencia, aprovação, lançar todos os dados no SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania, etc.	Equipe mínima para cumprir os prazos estipulados pelo Termo de Referencia.		
		Segundo objeto é a criação dos quatros cursos do Termo de Referencia conforme Projeto Pedagogico do CapacitaSuas descrito no Termo. E-book com o conteudo previsto pelo projeto pedagogico com recursos de ilustração por curso. Com avaliação e aprovação do objeto pela SDS-SC para execução e entrega a SDS-SC para uso posteriormente para capacitação sem onos para a SDS-SC.	Equipe mínima para cumprir os prazos estipulados pelo Termo de Referencia.		
		Terceiro objeto é execução dos quatros cursos. Estes objetos devem atender o Termo de Referencia deste processo da SDS-SC de Capacitação não presencial,	Equipe minima estipulada pelo Termo de Referencia.		



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

		por meio de variados recursos de interação, análise, avaliação e debate.			
		I - Curso de Atualização sobre a Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS na modalidade EAD (Moodle Versão 3.5), com carga horária de 40 horas, para até 1.486 alunos do Estado de Santa Catarina, devendo ser ministrado em turmas de no máximo 50 alunos. A distribuição da carga horária do curso de 40 horas deverá contemplar: • Estudos de Materiais didáticos – Trilha de Aprendizagem, Caderno do Aluno, vídeo aulas e artigos – 20 horas, Mídias: 12 horas. Devendo ser 10 horas dedicadas às aulas virtuais e podendo ter 2 horas distribuídas entre podcasts, animações e/ou videoaulas. • Participação em canais de comunicação (Fórum, chat) – 3 horas • Lista de exercícios (individual ou em grupo) – 2 horas • Atividade Prática Obrigatória – 3 horas • Avaliação Final do curso com atividade de pesquisa: 2 horas	A equipe técnica pedagógica deverá ser composta no mínimo por: • 01 (um) Coordenador Geral (o coordenador geral pode ser o mesmo para todos os cursos) • 01 (um) Coordenador Pedagógico; • 02 (dois) Assistentes Pedagógicos, cada assistente podendo acompanhar simultaneamente até 04 (quatro) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 04 (quatro) professores responsáveis pelos módulos de conteúdos conforme os Projetos Pedagógicos dos cursos por turma, podendo assumir simultaneamente até 02 (duas) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 01 (um) professor conteudista; • 01 (um) intérprete de Libras; • 01 (uma) equipe de técnicos de informática e rede para auxiliar os alunos.		
		II - Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS na modalidade EAD (Moodle Versão 3.5), com carga horária de 40 horas	A equipe técnica pedagógica deverá ser composta no mínimo por: • 01 (um) Coordenador Geral (o coordenador geral pode ser o mesmo para todos os cursos)		



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

	as, para até 1.181 alunos do Estado de Santa Catarina, devendo ser ministrado em turmas de no máximo 50 alunos. A distribuição da carga horária do curso de 40 horas deverá contemplar: • Estudos de Materiais didáticos – Trilha de Aprendizagem, Caderno do Aluno, vídeo aula e artigos – 20 horas (Mídias: 12 horas). Devendo ser 10 horas dedicadas às aulas virtuais e podendo ter 2 horas distribuídas entre podcasts, animações e/ou videoaulas. • Participação em canais de comunicação (Fórum, chat) – 3 horas • Lista de exercícios (individual ou em grupo) – 2 horas • Atividade Prática Obrigatória – 3 horas • Avaliação Final do curso com atividade de pesquisa: 2 horas	• 01 (um) Coordenador Pedagógico; • 02 (dois) Assistentes Pedagógicos, cada assistente podendo acompanhar simultaneamente até 04 (quatro) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 03 (três) professores responsáveis pelos módulos de conteúdos conforme os Projetos Pedagógicos dos cursos por turma, podendo assumir simultaneamente até 02 (duas) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 01 (um) professor conteudista; • 01 (um) intérprete de Libras; • 01 (uma) equipe de técnicos de informática e rede para auxiliar os alunos.		
	III- Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS na modalidade EAD(Moodle Versão 3.5), com carga horária de 40 horas, para até 552 alunos do Estado de Santa Catarina, devendo ser ministrado em turmas de no máximo 50 alunos. A distribuição da carga horária do curso de 40 horas deverá contemplar: • Estudos de Materiais didáticos – Trilha de Aprendizagem, Caderno do Aluno, vídeo aula e artigos – 20 horas (Mídias: 12 horas). Devendo ser 10 horas dedicadas às aulas virtuais e	A equipe técnica pedagógica deverá ser composta no mínimo por: • 01 (um) Coordenador Geral (o coordenador geral pode ser o mesmo para todos os cursos) • 01 (um) Coordenador Pedagógico; • 01 (um) Assistentes Pedagógicos, cada assistente podendo acompanhar simultaneamente até 04 (quatro) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 02 (dois)		



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

	podendo ter 2 horas distribuídas entre podcasts, animações e/ou videoaulas. • Participação em canais de comunicação (Fórum, chat) – 3horas • Lista de exercícios (individual ou em grupo) – 2 horas • Atividade Prática Obrigatória – 3horas • Avaliação Final do curso com atividade de pesquisa: 2horas	professores responsáveis pelos módulos de conteúdos conforme os Projetos Pedagógicos dos cursos por turma, podendo assumir simultaneamente até 02 (duas) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 01 (um) professor contêudista; • 01 (um) interprete de Libras; • 01 (uma) equipe de técnicos de informática e rede para auxiliar os alunos.		
	iv- Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS na modalidade EAD (Moodle Versão 3.5), com carga horária de 40 horas, para até 333 alunos do Estado de Santa Catarina, devendo ser ministrado em turmas de no máximo 50 alunos. A distribuição da carga horária do curso de 40 horas deverá contemplar: • Estudos de Materiais didáticos – Trilha de Aprendizagem, Caderno do Aluno, vídeo aula e artigos – 20 horas (Mídias: 12 horas. Devendo ser 10 horas dedicadas às aulas virtuais e podendo ter 2 horas distribuídas entre podcasts, animações e/ou videoaulas. • Participação em canais de comunicação (Fórum, chat) – 3horas • Lista de exercícios (individual ou em grupo) – 2 horas • Atividade Prática Obrigatória – 3horas • Avaliação Final do curso com atividade de	A equipe técnica pedagógica deverá ser composta no mínimo por: • 01 (um) Coordenador Geral (o coordenador geral pode ser o mesmo para todos os cursos) • 01 (um) Coordenador Pedagógico; • 01 (um) Assistente Pedagógico, cada assistente podendo acompanhar simultaneamente até 04 (quatro) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos; • 02 (dois) professores responsáveis pelos módulos de conteúdos conforme os Projetos Pedagógicos dos cursos por turma, podendo assumir simultaneamente até 02 (duas) turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos;		



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

		pesquisa: 2 horas	• 01 (um) professor conteudista; • 01 (um) interprete de Libras; • 01 (uma) equipe de técnicos de informática e rede para auxiliar os alunos.		
		Quarto Objeto a entrega dos relatórios a SDS-SC e cumprir os prazos de certificação dos cursistas estipulados pelo Termo de Referência. Conclusão da inserção de dados no SIMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Cidadania	Equipe mínima para cumprir os prazos estipulados pelo Termo de Referência.		
		Quinto Objeto entrega, verificação e aceite de todos os materiais, gravações em meio físico devidamente organizado e catalogados com direito de uso pela SDS-SC.			
				TOTAL R\$	

Local exx/xx/2023
CNPJ:xx.xxx.xxx/xxxx-xx

Nome pessoa jurídica

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO